



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS V  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**TAÍS DA FONSECA COSTEIRA**

**OS DESAFIOS NA FORMULAÇÃO DA GRANDE ESTRATÉGIA NOS ESTADOS  
UNIDOS: ANÁLISE DO GOVERNO DE BARACK OBAMA E SUA POLÍTICA  
EXTERNA PARA O MÉXICO E BRASIL ENTRE 2008-2016.**

**JOÃO PESSOA, PB  
2017**

**TAÍS DA FONSECA COSTEIRA**

**OS DESAFIOS NA FORMULAÇÃO DA GRANDE ESTRATÉGIA NOS ESTADOS  
UNIDOS: ANÁLISE DO GOVERNO DE BARACK OBAMA E SUA POLÍTICA  
EXTERNA PARA O MÉXICO E BRASIL ENTRE 2008-2016.**

Trabalho de Conclusão de Curso na modalidade **Monografia** em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

**Orientador:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cristina Carvalho Pacheco.

**JOÃO PESSOA**  
**2017**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

C839d Costeira, Taís da Fonseca

Os desafios na formulação da grande estratégia nos Estados Unidos [manuscrito] : análise do governo Obama e sua política externa para o México e Brasil entre 2008-2016 / Taís da Fonseca Costeira. - 2017.

62 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2017.

"Orientação: Profa. Dra. Cristina Carvalho Pacheco, Departamento de Relações Internacionais".

1. Grande estratégia. 2. . Estados Unidos-México. 3. Estados Unidos-Brasil. I. Título.

21. ed. CDD 327.810973

---

TAÍS DA FONSECA COSTEIRA

OS DESAFIOS NA FORMULAÇÃO DA GRANDE ESTRATÉGIA NOS ESTADOS UNIDOS: ANÁLISE DO GOVERNO OBAMA E SUA POLÍTICA EXTERNA PARA O MÉXICO E BRASIL ENTRE 2008-2016.

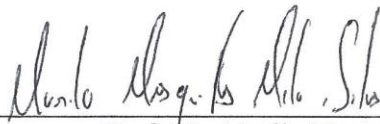
Trabalho de Conclusão de Curso na modalidade **Monografia** em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: 10/05/2017

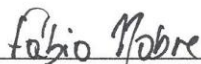
**BANCA EXAMINADORA**



Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Cristina Carvalho Pacheco (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Murilo Mesquita  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Fábio Nobre  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, meu irmão e minha avó Teresinha, pelo amor e apoio incondicional, por sempre acreditarem no meu desempenho, pela determinação e luta na minha formação e do meu irmão.

À professora Cristina, pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação, pela paciência e pela dedicação que tornaram possível a conclusão dessa monografia.

Ao grupo de estudos Política Externa dos Estados Unidos, em especial Delaney e Filipe, por proporcionarem discussões produtivas, correções e incentivos, que contribuíram ao longo de vários meses por meios de debates para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos membros do grupo Lista + Arthur Murta e Aline Matos, por se fazerem presentes em minha vida desde o início da graduação, e pela amizade que cultivamos fora dela. Agradeço especialmente a Geórgia Caroline, por sempre se fazer solícita a responder as minhas dúvidas em relação a este trabalho.

A Amanda Nakao, Mariana Costa e Rafaela Pereira, por serem amigas tão presentes, mesmo morando tão longe, por me apoiarem nos momentos mais difíceis e sempre me incentivarem a continuar evoluindo como pessoa.

Aos professores do curso de Relações Internacionais, que foram tão importantes na minha vida acadêmica, e por contribuírem em minha formação.

A todos os meus amigos, pelo incentivo e apoio constante.

## RESUMO

Os acontecimentos do século XXI trouxeram mudanças significativas no Sistema Internacional, o que acarretou também em modificações no comportamento dos Estados Unidos. O ataque às Torres Gêmeas, em 11 de setembro de 2001, fez o país se dedicar inteiramente a guerra ao terror. Esse fato permitiu que a China, potência econômica em ascensão, se aproximasse da América Latina, região que os EUA historicamente detinham grande influência, se tornando principal parceiro econômico desses países. A hipótese desse trabalho é que, ao assumir o seu mandato em 2008, o presidente Barack Obama reorientaria suas prioridades para que houvesse uma maior aproximação principalmente com o México e Brasil, países considerados como os mais importantes para os Estados Unidos no dado momento. A partir das classificações de Grande Estratégia tratadas pela literatura dos EUA (DUECK, 2015; LAYNE, 2007; POSEN E ROSS, 1997; DREZNER, 2011) as decisões tomadas por Obama nesse período serão analisadas. Trata-se de uma pesquisa eminentemente bibliográfica, apoiada na leitura de artigos, livros e notícias relacionadas à teoria de Grande Estratégia, além da análise sobre os fatos ocorridos no governo Obama e sua relação bilateral com o México e Brasil no período de 2008-2016. Para tanto, em primeiro momento apresenta-se a evolução da teoria de Grande Estratégia, para perceber como ela foi concebida, e qual sua importância para a política externa dos Estados Unidos. Posteriormente, explana-se quais são as dificuldades e elementos necessários na formação de uma Grande Estratégia no século XXI. Por fim, analisa-se detalhadamente a Grande Estratégia elaborada pelos Estados Unidos com o México e o Brasil na administração Obama, para entender como as prioridades foram percebidas, em que implicações ela falhou, provando que apesar da boa intenção na reaproximação com os países, faltou um maior compromisso mútuo para reforçar essa relação bilateral.

**Palavras-Chave:** Grande Estratégia. Estados Unidos-México. Estados Unidos-Brasil. Barack Obama.

## ABSTRACT

The events of the twenty-first century brought significant changes to the International System, thus, in the behavior of the United States. The 09/11 terrorist attack made the country devote itself entirely to the war on terror. This fact allowed China, a rising economic power, to approach in Latin America, a region that the United States historically had great influence, becoming the main economic partner of these countries. The hypothesis of this work is based on the fact that in assuming his term in 2008, President Barack Obama would refocus his priorities to Mexico and Brazil, countries considered the most important for the United States at that time. It will be used Grand Strategy literature as (DUECK, 2015, LAYNE, 2007; POSEN & ROSS, 1997; DREZNER, 2011) and present how Obama composed his foreign policy during the analyzed period. This is an eminently bibliographical research, supported by the reading of articles, books and news related to the Grand Strategy theory and the analysis of the events occurred in the Obama administration and its bilateral relationship with Mexico and Brazil in the period from 2008 to 2016. For that, the evolution of the Grand Strategy theory is presented to perceive how it was conceived and what is its importance for the foreign policy of the United States. Subsequently, it explains what are the challenges and fundamental elements for the Grand Strategy in the 21st century. Finally, this paper analyzes in detail the Grand Strategy formulated by the United States with Mexico and Brazil in the Obama's administration to understand how the priorities were perceived, in what implications it failed, proving that despite the good intention in the rapprochement with these countries, it lacked a greater mutual commitment to consolidate this bilateral relationship.

**Keywords:** Grand Strategy. United States-Mexico. United States-Brazil. Barack Obama.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>SURGIMENTO E EVOLUÇÃO DA GRANDE ESTRATÉGIA NOS ESTADOS UNIDOS</b> .....	<b>15</b>
<b>3</b>	<b>DESAFIOS NA FORMULAÇÃO DA GRANDE ESTRATÉGIA ESTADUNIDENSE NO SÉCULO XXI</b> .....	<b>28</b>
<b>4</b>	<b>GRANDE ESTRATÉGIA DA ADMINISTRAÇÃO DE BARACK OBAMA PARA O MÉXICO E BRASIL</b> .....	<b>42</b>
	4.1. MÉXICO .....	44
	4.2. BRASIL .....	51
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>58</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>61</b>



## 1 INTRODUÇÃO

O tema escolhido para esse trabalho envolve teorias de Grande Estratégia (GE), a partir das quais se pretende explicar quais são suas raízes e sua importância no processo de tomada de decisão pelos Estados Unidos (EUA); além de classificar quais são as dificuldades na construção de uma Grande Estratégia no século XXI; e por fim, analisar quais foram os elementos considerados pelo presidente Barack Obama na construção de uma GE para o México e o Brasil no período de seu mandato (2008-2016).

A Grande Estratégia está presente na construção da política externa dos Estados Unidos pelo menos desde o século XIX, trata-se de uma teoria que é interpretada de maneira distinta de acordo com o momento atual. No mais, a teoria defende que, em sua formulação, devem ser utilizados elementos distintos, de caráter econômico, político e social, não levando em conta apenas o aspecto militar, bastante evidente na estratégia estadunidense.

A complexidade da teoria se dá principalmente a dificuldade de reconhecer qual deve ser o foco do país de acordo com o momento histórico. Na Guerra Fria (GF), a ameaça era bastante evidente, logo, permitindo uma construção de uma Grande Estratégia mais clara e efetiva. O momento atual conta com ameaças distintas, novas revoluções tecnológicas e eventos como a globalização, dificultando o estabelecimento das prioridades do país.

O grande mote da campanha de Obama era a mudança. Esperava-se da administração de Obama uma mudança também na Grande Estratégia do país, em relação ao seu antecessor, mais aberta para seus compromissos e mais disposta a cooperação multilateral. O presidente fez questão de enfatizar que os dois países seriam prioritários nas questões de política externa do país. Alguns temas ganharam importância para os Estados Unidos se voltarem para a região após a guerra fria, como a questão do narcotráfico, políticas de imigração, recursos energéticos e o medo da aproximação da China na região.

A ascensão da China e o crescimento das economias dos países da região tornaram-nos mais independentes no seu comportamento internacional. A relação da China e dos Estados Unidos com o México e Brasil desenvolveu-se em proporção desigual, fazendo com que a China passasse a ocupar um lugar mais relevante na América Latina, especialmente em termos econômicos, através das trocas comerciais.

Esta monografia tem uma dimensão histórica, pois buscará analisar como se deu a evolução e novos desafios da teoria de Grande Estratégia no passar dos anos, além da provável reaproximação dos Estados Unidos com o México e o Brasil após o governo do

presidente Bush, com a chegada do Obama a Casa Branca. A análise da Grande Estratégia dos Estados Unidos se dará de forma a examinar as medidas e tomadas de decisões em relação aos países escolhidos.

Por fim, o método de análise utilizado para explicar esse trabalho é o qualitativo através da informação coletada de pesquisas, *papers*, *journals*, notícias dos jornais com maior repercussão mundial e documentos oficiais dos governos que abordaram o tema. Trata-se também de uma pesquisa com abordagem dedutiva, pois ela tem como característica analisar a relação entre a Grande Estratégia dos Estados Unidos de maneira geral, para tentar perceber se já existe, ou como deveria ser construída uma GE específica para o México e Brasil.

No primeiro capítulo, apresenta-se as distintas classificações de Grande Estratégia pré-existentes, quando ela passou a fazer parte da construção da política externa dos Estados Unidos, qual sua importância, e quais foram as medidas adotadas pelo país de acordo com o momento que se encontrava o Sistema Internacional. Destacando assim, que é necessário perceber quais são as ameaças a segurança nacional do país, e prioridades a serem estabelecidas por Washington.

O segundo capítulo tem como pretensão elencar os elementos necessários para construir uma Grande Estratégia, entender quem participa do debate e quais são as dificuldades encontradas pelos Estados Unidos. No mais, o capítulo desenvolve a ideia de que o século XXI trouxe mudanças significativas para o Sistema Internacional se tornando necessário uma formulação da GE dos EUA, e que novas prioridades deveriam ser estabelecidas, devido ao surgimento de novos desafios.

Já no terceiro capítulo, é feita uma análise da política externa do governo Obama para o México e Brasil, explicando a razão desses países serem importantes para Casa Branca e quais foram as decisões tomadas para os dois países no período de 2008-2016. Pretende-se também perceber se houve renovação na relação com esses países, e identificar os elementos de Grande Estratégia adotados por sua administração.

## 2 SURGIMENTO E EVOLUÇÃO DA GRANDE ESTRATÉGIA NOS ESTADOS UNIDOS

Nesse capítulo intenciona-se explicar os conceitos de Grande Estratégia (GE) estadunidense desenvolvidos no decorrer da história, analisando como os eventos do Sistema Internacional afetaram na construção dessa teoria.

De acordo com Dueck (2015), todos os presidentes que passaram pela Casa Branca adotaram uma estratégia relacionada à política externa do país, conhecida como Grande Estratégia. A definição da teoria é a imposição de uma coerência entre fins e meios no âmbito internacional, contando com uma grande participação em casos regionais específicos. Uma Grande Estratégia deve assumir alguns objetivos, fins ou interesses nacionais. Após identificar desafios ou ameaças aos seus interesses, a estratégia utilizada orienta quais ações devem ser tomadas. Os resultados obtidos podem ser incoerentes ou mal sucedidos. O que torna-se portanto, o maior desafio para o presidente: tomar decisões coesas para sua estratégia<sup>1</sup>.

A Grande Estratégia pode ser facilmente confundida com o termo estratégia definido por Martel (2015), que tem como objetivo principal projetar suas capacidades militares para se proteger das ameaças internas e externas a Nação, com foco apenas na dimensão militar do Estado. Não se sabe ao certo onde se deu início ao uso do termo Grande Estratégia, mas há indícios de que surgiu em meados da Primeira Guerra Mundial, quando os americanos e britânicos perceberam que a estratégia deveria ser repensada em termos mais abrangentes ao desenrolar da guerra<sup>2</sup>.

Nos primórdios da Segunda Guerra, os Estados tinham estabelecido objetivos com uma gama mais ampla de suas capacidades, passaram então a se basear nos valores da sociedade e aos poucos foi se tornando o que hoje é conhecido por Grande Estratégia. Na época, se utilizaram dos distintos tipos de poder nacional para alcançar maiores fins políticos da Nação. Porém, ainda era um tipo de GE limitado, quase inexistente, pois, de certa forma, os estrategistas ainda eram essencialmente focados na guerra como objetivo final.

Portanto, a estratégia se trata da guerra e da preparação para ir à guerra, em que se utilizam recursos nacionais como forças armadas para se proteger contra os atuais inimigos. O

---

<sup>1</sup> DUECK, C. 2015, p. 1-6.

<sup>2</sup> MARTEL, W. C. 2015, p. 23.

patamar mais alto da estratégia é a Grande Estratégia em que a utilização de seus recursos apenas com a finalidade da guerra se tornaria desnecessária<sup>3</sup>.

No entanto, Hooker Jr. (2014) acredita que desde o início da República já havia indícios de uma Grande Estratégia em evidência tanto na política externa como interna dos Estados Unidos. A GE dos dias atuais funciona então, com bases tradicionais. Ela não pode ser entendida se não houver um embasamento histórico.

No princípio da era revolucionária os Estados Unidos (EUA) passaram a considerar os valores ideológicos, portanto, a maioria dos conflitos se deu início de acordo com suas ideologias-base, distinguindo estratégia de cultura estratégica. Os componentes utilizados pelos EUA para propagar seus valores democráticos e o Estado de Direito no plano doméstico e internacional, ficaram conhecidos como “excepcionalismo americano<sup>4</sup>”.

A partir do século XIX, os EUA propuseram-se a desenvolver sua influência como potência regional, atingindo valores de potência global já no início do século XX. No fim do séc. XIX, a Grande Estratégia americana já tinha atingido certa consistência e estava sendo aceita e aplicada por seus presidentes e líderes do Congresso. Seus princípios incluíam: proteção de seus territórios e sociedade civil e garantia do seu bem-estar econômico, sendo assim aplicados através da proteção comercial, livre navegação dos oceanos, investimento em força naval e um exército em expansão<sup>5</sup>.

Ainda sobre o surgimento da ideia de Grande Estratégia, Martel (2015) afirma que as dimensões não-militares da teoria passaram a se desenvolver na Era Moderna, tanto no Renascimento, no século XIV e no Iluminismo no século XVIII. Os filósofos políticos passaram a formar teorias de Grande Estratégia como um campo distinto da militarização, incluindo as disciplinas de filosofia, estratégia militar, economia e ciências sociais, utilizando-se delas para construir os interesses dos Estados, como enfatizado pelo autor:

*Thus, the Modern Era of grand strategy was defined in terms of a bureaucratized state, which is based on a nationalist identity that relied primarily on conventional military means to provide internal and external security and pursue the ends of its grand strategy. These ends typically involved territorial expansion and internal political consolidation. In this Modern Era, systematic thinking about grand strategy continued to develop, but it changed with the advent of the Revolutionary Era. The hallmarks of this era in the late 19th century and early 20th century were the decline of European empires, the emergence of violent international groups*

---

<sup>3</sup> MARTEL, W. C. 2015, p. 23-25.

<sup>4</sup> De acordo com WALT (2011) o excepcionalismo americano ficou conhecido através da presunção que os valores, sistema político, e história dos Estados Unidos eram únicos e que deveriam ser implementados em todo o mundo. Partia da ideia de que os EUA eram destinados a desenvolver um papel único e positivo no Sistema Internacional.

<sup>5</sup> HOOKER JR, R. D. 2014, p. 1-2

*which proclaimed adherence to the counter-nationalist ideologies of anarchism, and the ideologies of communism and nationalism that often took on the mantle of anti-imperialism and fascism. Military technology in this era, which included handguns, rifles, and explosives, proliferated dramatically, while the era of assassinations and the first manifestations of modern terrorism began to emerge. (MARTEL, W. C. 2015, p. 2)*

E por fim, após a Segunda Guerra Mundial, tem-se a Era Nuclear, conhecida como a Guerra-Fria (GF). Nessa época, o Sistema Internacional tinha uma estrutura bipolar, representado pelas ideologias opostas do comunismo e capitalismo. A Grande Estratégia desses países, União Soviética e Estados Unidos, era a de detenção, baseada na ameaça da guerra nuclear.

A expressão Grande Estratégia é uma junção das variáveis de teoria e debate em que se percebe relativa continuidade quanto à questão prática nas últimas décadas, com mudanças tecnológicas ou evoluções institucionais, mas os fins e meios vem apresentando um encadeamento. Definir Grande Estratégia de maneira simplificada corresponde à ideia de que é a utilização do uso do poder da Nação para garantir o Estado. Ela existe em níveis mais elevados que os de estratégias específicas com fins militares particulares<sup>6</sup>.

O termo Grande Estratégia (GE) está ligado a uma orientação e, também, a visão dos líderes nacionais que devem ser mais abrangentes. A Grande Estratégia deve relacionar as capacidades do Estado como estratégias militares, econômicas e diplomáticas para alcançar seus objetivos e metas internacionais. É a arte de conciliar os fins e meios, em que se podem encontrar algumas limitações como restrições orçamentárias e limitações referentes às ferramentas do Estado e são seus líderes que determinam a GE. Ela inclui políticas coordenadas e sustentadas com o objetivo final de enfrentar as suas ameaças e oportunidades que surgem no decorrer da história que vão além do seu território<sup>7</sup>.

A Grande Estratégia envolve o uso de poder e recursos visando fins nacionais, para os Estados Unidos, no século XXI seus poderes são econômicos, políticos e militares. Existe também um quarto poder conhecido por poder de princípio, que se bem utilizado, se torna a maior arma estratégica de um país. A Grande Estratégia considera os recursos totais, capacidades e restrições de uma nação, além da tradição e valores para alcançar seus objetivos que devem corresponder a não apenas a segurança nacional. Os Estados Unidos não possuem uma Grande Estratégia concreta desde o fim da Guerra Fria, pois não há um consenso sobre

---

<sup>6</sup> HOOKER JR, R. D. 2014, p. 1.

<sup>7</sup> YANG, K. 2011.

quais são os objetivos do país. O que se sabe é que eles detêm grande poderio militar e econômico, mas que não são coordenados para fins específicos<sup>8</sup>.

Christopher Layne (2007) aborda duas teorias já pré-existentes, a teoria de realismo ofensivo de Mearsheimer (2001) e a do realismo defensivo, da qual é defensor, na construção da política externa do país. O realismo defensivo acredita que um país deve investir em defesa, confiando que os demais países não irão atacá-lo e seu princípio básico é de que grandes estratégias hegemônicas são auto-destrutivas. Já o realismo ofensivo, visa o expansionismo como meio de obter segurança, maximizando seu poder nas despesas do rival, além de se esforçarem para atingir hegemonia regional. O que os dois tipos de realismo concordam é que a segurança é o objetivo principal da Grande Estratégia de um país.

Nesse sentido, para o autor, duas teorias realistas distintas pré-existentes explicariam a Grande Estratégia dos Estados Unidos, já que ambas prevêm o comportamento de Estados específicos pra além dos meros resultados sistêmicos, além de responder questões que envolvem temas sobre a hegemonia extrarregional ser ou não um tipo de Grande Estratégia para o país. Ambas teorias trazem respostas similares, alegando que a insegurança pode ser um problema para as grandes potências, e a proximidade geográfica pode determinar a ausência ou presença de insegurança. Ou seja, a localização é fator importante, pois grandes potências que compartilham da vizinhança com rivais igualmente poderosos tem maiores incentivos para eliminar os rivais e buscar a hegemonia<sup>9</sup>.

Outro importante estudioso de política externa, Drezner (2011), considera que a Grande Estratégia consiste em uma clara articulação dos interesses nacionais e a junção com os planos operacionais para avançar nesses interesses. Para que a grande estratégia seja considerada e desperte interesse, ela deve apresentar mudanças políticas, e ainda para o autor, as ações são mais importantes que o discurso. É importante escolher bem o tipo de Grande Estratégia a ser adotada, pois, as conseqüências podem ser catastróficas se não conseguir atingir o sucesso<sup>10</sup>.

A política de *open door* é a que melhor define o comportamento norte-americano desde a década de 40, que almejava hegemonia mundial. Essa estratégia conta com variáveis no âmbito doméstico e sistêmico que se utilizam dela para se expandir e as condições necessárias para esse feito. A hegemonia extrarregional afirma que as motivações para a expansão são advindas dos fatores domésticos, existem três condições que guiam essa

---

<sup>8</sup> HART, G. 2004, p. 3-12

<sup>9</sup> LAYNE, C. 2007, p. 28-34.

<sup>10</sup> DREZNER, D. W. 2011.

estratégia: os EUA desejavam obter vantagem sobre outras potências maiores; os países primeiramente buscavam se expandir pra regiões que não encontram oposições fortes e os Estados Unidos eram favorecidos quanto à distribuição de poder entre eles e a Europa; além do fato de que os Estados Unidos já eram uma hegemonia no Ocidente. Essa corrente teórica sustenta que apenas um poder como o estadunidense conseguiria alcançar a hegemonia extrarregional através dos princípios da estratégia de *open door*.

A teoria que defende que o país tinha uma política externa caracterizada como agressiva, auto-interessada e expansionista, argumentada por Healy (1970) em que o autor afirma que foi objetivada por países que desejavam expandir influência e poder para além-mar. Pois, expandindo controle político e territorial, permitiria que o país alcançasse seus interesses políticos, econômicos e ideológicos. O discurso dos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial incluía fazer com que todos os países seguissem seus valores liberais.

O expansionismo econômico visa maior acesso ao mercado internacional, proporcionando maiores investimentos e acesso a matéria-prima, pois se acreditava que uma economia internacional aberta estabilizaria a paz no sistema político mundial, ajudando os países a aumentarem suas riquezas, evitando guerras devido à interdependência dos Estados, além de contribuir positivamente para a segurança americana, tornando sua política doméstica estável. Considerando ainda a expectativa de propagação da democracia, interesse chave da política americana, porque reforça a paz no sistema internacional<sup>11</sup>.

Os interesses estadunidenses são questionados por Posen e Ross (1997), que procuraram entender quais são as ameaças a esses interesses, bem como quais são princípios que os guiam. Classificam quatro tipos de Grande Estratégia que podem ser, ou que foram adotadas pelos Estados Unidos ao longo dos anos. São elas: neoisolacionismo, engajamento seletivo, segurança coletiva e primazia.

O neoisolacionismo foi a opção menos popular entre os presidentes. Essa estratégia foca muito mais nos interesses nacionais, como a segurança, liberdade e propriedade para o povo americano, e não tem foco no internacionalismo. Os neoisolacionistas acreditam que mesmo que as armas nucleares façam com que a capacidade potencial dos países aumente, isso não faz com que a segurança dos EUA seja ameaçada.

Os países que começarem a investir nesses armamentos, como a China e a Rússia, poderão conter um ao outro, e nenhum deles conseguiria alcançar o poderio militar e a

---

<sup>11</sup>LAYNE, C. 2007, p. 28-34.

influência global alcançada pelos Estados Unidos. A estratégia apoia o princípio da não-intervenção, não se envolvem em questões como terrorismo, e acreditam que as Organizações Internacionais servem apenas para influenciar o diálogo.

O engajamento seletivo, o segundo tipo de Grande Estratégia, está interessado na paz entre as grandes potências mundiais, seguindo a tradição realista que foca principalmente nos países que detém a maior concentração de poder. Eles corroboram com a expectativa do neoisolacionismo, de que a partir do aumento na capacidade de armas nucleares nessas potências, eles estariam favorecendo o equilíbrio de poder e a manutenção do *status quo* do país hegemom.

Os defensores do engajamento seletivo afirmam que os recursos estadunidenses são escassos e é preciso que haja força de vontade para manter a paz doméstica e internacional e preservar o poder dos Estados Unidos. A preocupação com a proliferação nuclear se mostra apenas em relação a países politicamente ambiciosos e que não pensam nos riscos e custos. As competições regionais só são do interesse norte americano se representar ameaça direta ou indireta, e as regiões que mais importam para a estratégia são a Eurásia, Oriente Médio e Sudoeste Asiático. Os conflitos étnicos são considerados preocupantes quando se tornam uma guerra de poder, e consideram intervenções humanitárias como de responsabilidade estadunidense se concluídas que são benéficas para o país.

A segurança cooperativa tem como característica principal a ideia de paz indivisível, e parte da concepção do interesse nacional pela paz mundial. Das quatro estratégias, a segurança cooperativa é a única que se utiliza de princípios liberais. Ou seja, eles propõem que a ação coletiva se dê através das instituições internacionais, trabalhando com regimes cooperativos de segurança. Ela não vê as grandes potências como um problema, e se esforça para conseguir melhorias na segurança coletiva tradicional.

Essa estratégia procura evitar os conflitos através do controle de armas, transparência, medidas de confiança e segurança e depende de Organizações Internacionais para que haja uma coordenação dessas ações coletivas. A proliferação de armas nucleares é um assunto de grande importância para os defensores da estratégia. Os conflitos regionais se mostram como um problema sério e não aceitável para a segurança cooperativa, e acreditam que a ação militar para questões humanitárias é essencial para evitar futuros agressores.

A última estratégia, a primazia, tem como maior foco o poder e a paz, e os dois estão relacionados. Para os defensores dessa estratégia, é a partir do predomínio dos Estados Unidos como poder hegemom, que se pode garantir a paz. A ascensão de um competidor com potencial seria uma ameaça a ordem internacional, o que resultaria em maior risco de guerras.



Portanto, a primazia não quer preservar a paz entre as grandes potências, mas sim, a supremacia econômica, militar e política dos Estados Unidos. Afirmando, assim, que eles seriam a única superpotência mundial.

A ameaça possível a tal estratégia seria a de um desafiador com poderes políticos, econômicos e militares abrangentes, porém, um rival que ameaçasse apenas um desses poderes já poderia prejudicar essa preponderância. Assim como os neoisolacionistas e engajadores seletivos, eles defendem um ceticismo quanto as Organizações Internacionais, que são vistas como fracas e incapazes de manter ou restaurar a paz. A proliferação de armas é uma preocupação para a estratégia, assim como o conflito regional, étnico e a intervenção humanitária são para o engajamento seletivo<sup>12</sup>.

**TABELA 1: Os quatro tipos de Grande Estratégia para Posen e Ross (1997)**

	<b>NEO-ISOLACIONISMO</b>	<b>ENGAJAMENTO SELETIVO</b>	<b>SEGURANÇA COOPERATIVA</b>	<b>PRIMAZIA</b>
<b>ANCÔRA ANALÍTICA</b>	Mínima, realismo defensivo	Balança de poder tradicional do realismo	Liberalismo	Realismo Maximo/unilateralismo
<b>MAIOR PROBLEMA DA POLÍTICA INTERNACIONAL</b>	Evitar envolvimento na política de outros	Paz com as grandes potências	Indivisibilidade da paz	A ascensão de rivais competidores
<b>ORDEM MUNDIAL DESEJADA</b>	Distância da balança de poder	Balança de poder	Interdependência	Hegemonia
<b>DINÂMICA NUCLEAR</b>	Apoia o status quo	Apoia os status quo	Apoia a agressão	Apoia a agressão
<b>CONCEPÇÃO DOS INTERESSES NACIONAIS</b>	Limitado	Restrito	Transnacional	Amplio
<b>REGIÕES PRIORITÁRIAS</b>	América do Norte	Ásia e Europa industrial	Global	Ásia e Europa industrial ou o território de qualquer rival
<b>PROLIFERAÇÃO NUCLEAR</b>	“Não é nosso problema”	Prevenção discriminada	Prevenção indiscriminada	Prevenção indiscriminada
<b>OTAN</b>	Retirada	Manter	Transformar e expandir	Expandir
<b>CONFLITO REGIONAL</b>	Abster	Conter; intervenção discriminada	Intervir	Conter; intervenção discriminada
<b>CONFLITO ÉTNICO</b>	Abster	Conter	Intervenção quase indiscriminada	Conter
<b>INTERVENÇÃO HUMANITÁRIA</b>	Abster	Intervenção discriminada	Intervenção quase indiscriminada	Intervenção discriminada
<b>USO DA FORÇA</b>	Auto-defesa	Discriminada	Frequente	À vontade

<sup>12</sup> POSEN, B. R; ROSS, A. L. 1997, p. 1-28.

<b>POSTURA DA FORÇA</b>	Força auto-defensiva mínima	“Two-MRC force”	Greve de reconhecimento para ação multilateral	Força padrão de duas potências
-------------------------	-----------------------------	-----------------	--	--------------------------------

*Fonte: POSEN, B. R.; ROSS, A. L. (1997). Tradução própria.*

Existem sete tipos de Grande Estratégia, de acordo com Drezner (2011), relacionados com momentos distintos na história dos Estados Unidos. No início da formação do Estado, com os federalistas, afirma-se que o governo nacional era dotado de mais poderes para se defender de outros impérios, que deveriam proteger as liberdades individuais. Contavam também com o excepcionalismo e a crença de “povo eleito”, que deveriam espalhar os ideais de liberdade e democracia para além das Américas. Além de contar com o expansionismo, liberdade de ação, centralização do poder e uso da força em situações específicas.

No começo do século XX, com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, a princípio, os Estados Unidos não estavam preocupados com essa questão, e sim, com questões domésticas, como um maior controle sobre a indústria, finanças, transporte, recursos naturais, agricultura e trabalho. Ou seja, havia pouco interesse nos assuntos internacionais. Após três anos de Guerra e com Woodrow Wilson (1913-1921) no poder, surgiu o interesse em ser um pacificador, resultando então na criação da idealista Liga das Nações.

Na Segunda Guerra Mundial, no primeiro momento foi adotada a prática isolacionista, porém, o ataque à Pearl Harbor<sup>13</sup> fez com que a retaliação estadunidense fosse inevitável, apesar de os EUA já pensar anteriormente em combater o Japão, por conta da sua campanha de conquista da China e, posteriormente, da Ásia, especialmente o sudeste. Destarte, os Estados Unidos passaram a acreditar que apenas a ação conjunta de um grupo de Estados nacionais poderia estabelecer uma ordem internacional. Drezner afirma que os Estados que seriam indispensáveis para esse grupo eram Inglaterra, França, EUA e Canadá.

Com isso, foi adotada a política da boa vizinhança, que garantiu o apoio em momentos de paz e de guerra. Essa nova relação entre os países americanos levou a uma inovação nos negócios humanos, e que gerou uma dependência entre eles, tornando a América o centro histórico da economia de trocas internacionais.

Com o fim das grandes guerras, e a ascensão do comunismo, as preocupações principais dos governos desse período focavam no liberalismo, promovendo a autonomia e a auto-suficiência e fortalecimento da ONU. A detenção foi uma das Grandes Estratégias,

<sup>13</sup> O ataque à base americana de Pearl Harbor foi efetuado pela marinha japonesa em 1941, causando a destruição de 21 navios e 347 aviões. Matou 2403 pessoas e deixou pelo menos 1178 feridos. Esse ataque foi crucial para a decisão da entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial.

devido ao medo do comunismo atingir a América Latina, área de grande influência estadunidense, pois buscava uma relação estável com a URSS, para condenar e tentar diminuir o avanço do comunismo.

Já nos anos 80, a Administração Reagan (1981-1989) levou em consideração o novo contexto e manifestou seu desejo em criar um programa de recuperação econômica, eliminando a inflação, aumentando a produtividade e gerando milhões de empregos. Ele elevou também seus gastos militares<sup>14</sup>. No plano interno, com seu objetivo de retomar a hegemonia, Reagan trocou as despesas de bem-estar social por armas. A política econômica do presidente prezava por uma ação unilateral que buscava reconduzir o país a liderança absoluta na economia mundial.

Por fim, com a queda do comunismo e o fim da Guerra Fria, os Estados Unidos se encontraram em um Sistema Internacional marcado pelo momento unipolar<sup>15</sup>, e seu intuito era manter os interesses norte-americanos, atuando para evitar danos ao país, adotando então uma estratégia de defesa. Porém, em 2001, com o ataque as Torres Gêmeas no 11/09 e foi definida a Guerra Mundial ao Terror. A administração de Bush (2001-2008) considerou esse ataque como um ato de guerra. Assim, os Estados Unidos estavam lutando contra o terror e não apenas o terrorismo, reforçando sua segurança externa e interna, e essa pode ser considerada a maior mudança estadunidense desde o fim das Grandes Guerras<sup>16</sup>.

Os distintos tipos de Grande Estratégia que Dueck (2015) aponta estão divididos em: *retrenchment*, contenção, mudança de regime (ou *rollback*), engajamento, integração, acomodação, equilibrador externo e não-intervenção. Os instrumentos utilizados nessas estratégias consistem em comprometimentos diplomáticos, intervenção militar, ajuda externa e sanções econômicas. E esta, deve garantir que haja uma boa combinação entre os fins e os meios.

A Grande Estratégia de *retrenchment* se preocupa em reduzir os gastos e comprometimentos internacionais e militares de um país. Uma maneira de alcançar esse objetivo é cortar os gastos da nação com defesa, abster-se de obrigações e gastos internacionais, além de reduzir desdobramentos estratégicos no exterior. Essa política é mais utilizada em períodos de restrição fiscal e austeridade, e deve ser utilizada quando o país apresenta declínio de poder.

---

<sup>14</sup> Em 1981 seus gastos militares eram de \$339.6 bilhões e atingiram o pico de \$456.5 bilhões em 1987. Para mais informações: < [http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/articles/A26273-2004Jun8\\_2.html](http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/articles/A26273-2004Jun8_2.html)>.

<sup>15</sup> KRAUTHAMMER, C. 1990.

<sup>16</sup> DREZNER, D. W. 2011.

A política de contenção envolve balanço de poder, contrapeso geopolítico no território do oponente, comprometimento militar, apoio econômico e diplomático para os seus aliados. É uma estratégia defensiva que busca prevenir a expansão de possíveis inimigos e impedir que haja agressão e ganhos hostis. É necessário paciência e vigilância para que se chegue ao sucesso dessa estratégia.

A GE conhecida como mudança de regime ou *rollback*, é efetuada principalmente na mudança sobre a percepção do outro, que pode passar de inimigo para Estado amigo. Pode ser manifestada de duas maneiras, direta ou indireta. A direta se utiliza de ferramentas de política para derrubar um determinado regime. A indireta, através de ação secreta que se combina com militarismo interno, econômico e pressão diplomática com a intenção de gerar um colapso ao inimigo. É uma estratégia que pode ser combinada com a de contenção.

O termo engajamento é utilizado para classificar várias estratégias alternativas distintas, o engajamento com integração visa se tornar membro em instituições internacionais, tentando uma maior cooperação, uma relação amigável e democrática com países autocráticos. Nessa estratégia, busca-se a liberalização política. Já o engajamento com barganha envolve uma troca de interesses e concessões, premissas de negociação, compromisso mútuo, promessa, e por vezes, ameaças. Para o autor, essa não é uma estratégia por si só, pois deve ser complementada com outras estratégias.

A política de acomodação é caracterizada pelas concessões unilaterais, para tentar alterar intenções e ambições de um oponente. Esta se diferencia do engajamento por barganha exatamente por lidar com concessões feitas por um só lado. É uma estratégia bastante incomum.

O equilibrador externo, para o autor, é a alternativa preferida dos acadêmicos realistas. Para os defensores dessa Grande Estratégia, é necessário que os Estados Unidos procurem não dar espaço para que outros países dominem a Europa, Norte da Ásia e Golfo Pérsico. Para eles, os EUA têm que reduzir as forças terrestres e focar nas vantagens militares no ar e no mar. Reduzir o seu exército e força naval, evitar intervenções periféricas e evitar fazer parte de projetos internacionais.

No caso do balanceamento, as forças americanas só seriam acionadas se os líderes regionais não fossem capazes de resolver o conflito. Acrescenta-se que essa Grande Estratégia foi a mais utilizada na história estadunidense. Por fim, o princípio da não-intervenção para o autor é atraente para países democráticos como os Estados Unidos. Ele empodera regimes

autoritários, fazendo com que eles busquem suas próprias ambições internacionais. Porém, é uma estratégia com grandes custos e com maior risco de fracasso<sup>17</sup>.

A proposta do equilibrador externo, maturada por Mearsheimer (2001) é a mais indicada na construção da Grande Estratégia, para o realismo. Essa estratégia entende que a distância dos demais países e grande capacidade militar mudam a balança ofensiva/defensiva dos Estados Unidos. Além disso, o país conta com a vantagem do *poder obstaculizante das águas*, que o torna protegido, dificultando o ataque de outros poderes, fazendo com que o país não precise se tornar hegemom global para se sentir seguro. Mearsheimer (2001) acreditava que os Estados Unidos teriam se utilizado da estratégia de equilibrador externo desde que passou a ser reconhecido como grande potência.

Ao agir como equilibrador externo, os EUA passaram a adotar duas posturas estratégicas: a de *buck-passing*<sup>18</sup> e a contra-hegemônica, em que apenas interfere militarmente nos problemas de outras regiões se esses não conseguirem ser resolvidos pelas potências da região. Como equilibrador externo, os Estados Unidos não atuam como estabilizador de paz<sup>19</sup>.

Independentemente da estratégia que o país implementa na sua política externa, o que todos os autores concordam é que os presidentes não adotam uma única Grande Estratégia quando estão no poder, e sim, o que ficou conhecido por Grandes Estratégias híbridas, que podem sofrer mudanças de acordo com o tempo e o espaço, e se combinam as vantagens/desvantagens de distintos tipos de estratégia. Associando interesses domésticos a política internacional.

Em um cenário pós-Guerra Fria, surgem novos desafios que não apenas a contenção do comunismo. Se os Estados Unidos desejarem manter seu papel de potência mundial, devem se esforçar para encontrar soluções políticas e econômicas para os problemas dos demais países importantes do mundo<sup>20</sup>. Apesar do atentado de 11/09, esse acontecimento não foi suficiente para reorganizar os objetivos norte-americanos e reorientar sua política externa e conseqüentemente, sua Grande Estratégia.

O novo momento que o mundo passou a viver no século XXI fez com que houvesse a necessidade de fazer uma nova análise do contexto internacional, de seus princípios e reavaliar seus principais objetivos estratégicos. Desde a Guerra Fria que os EUA têm tentado re-construir a sua Grande Estratégia, que prezava principalmente pela propagação do

---

<sup>17</sup>DUECK, C. 2015, p. 7-23.

<sup>18</sup>Passar a bola: é o ato de atribuir para uma pessoa ou um grupo sua própria responsabilidade, é usado para se referir a uma estratégia em política de poder onde um Estado tenta obter outro Estado para deter ou possivelmente combater um Estado agressor enquanto ele permanece à margem

<sup>19</sup> LAYNE, C. 2007 *apud* MEARSHEIMER (2001), p. 20-24.

<sup>20</sup> MEAD, W. R. 1993, p. 12.

liberalismo através da primazia. Porém, os novos acontecimentos do Sistema Internacional colocaram em dúvida esses princípios estratégicos pré-existentes, como enfatizado:

*Since the end of the Cold War, America has pursued an ambitious grand strategy aimed at shaping the international system. Every president since George H.W. Bush has committed the United States to maintaining American primacy and expanding the liberal order that originated in the West after World War II. Every president has likewise committed to proactively meeting emerging or resurgent threats that might disrupt such a favorable order. And notwithstanding important variations, every president has done all this through initiatives that remained broadly consistent over time. These include preserving America's unequalled military capabilities and alliance commitments, supporting the spread of democracy and globalization, and using tools including military force to address major threats to the international system and U.S. interests. (BRANDS e FEAVER, 2016)*

Uma explicação para a Grande Estratégia dos Estados Unidos ter permanecido estável após a Guerra Fria é que seus pressupostos também apresentaram continuidade. Brands e Feaver (2016) afirmam que os EUA acreditaram que haviam alcançado relativa estabilidade internacional como hegemom, assim, não sendo necessária a formulação de uma nova GE. Pois, a Guerra Fria, até então, havia sido o último evento em que ocorreram mudanças significativas no Sistema Internacional<sup>21</sup>.

Brands e Feaver (2016) elencaram sete suposições que explicam porque houve continuidade na Grande Estratégia americana. Primeiro, os EUA consideraram a primazia como sua estratégia principal após esse período, pois detinham de poderio militar superior a qualquer Estado e com condições de implementar sua superioridade principalmente no âmbito regional. Com sua influência internacional e a segurança de seu território garantida, não esperavam que assuntos regionais atuais pudessem vir a ameaçar sua superioridade.

Segundo, o pós-Guerra Fria garantiu um aumento de sua influência sobre seus aliados, já que o poderio da Rússia estava em declínio, favorecendo assim os americanos. Ou seja, os EUA acreditaram que poderiam contar cada vez mais com apoio de novos aliados em questões importantes da Ordem Mundial.

Em terceiro lugar, o crescimento da China foi percebido pela Casa Branca desde a década de 90, porém, interpretada erroneamente, os Estados Unidos confiaram que a China após crescer economicamente se tornaria mais democrática e pacífica, se tornando assim um aliado em potencial e não confiavam na possibilidade do país atingir patamares econômicos altos a ponto de ameaçar a liderança estadunidense.

A quarta suposição estadunidense afirmava que a Guerra Fria representou uma guerra nuclear de grande proporção, porém, após o seu fim, o conceito e a possibilidade de novas

---

<sup>21</sup> BRANDS, H.; FEAVER, P. 2016.

grandes guerras foram percebidas como obsoletas, com chances mínimas de acontecer novamente. Pois para os EUA, não havia indícios do surgimento de novas ideologias antagônicas.

A quinta dedução foi interpretada pela crença de que devido ao fato dos demais países passarem a aderir os valores democráticos apresentados pelos Estados Unidos após a Guerra Fria, eles creram que essa seria uma tendência irreversível. Para Washington, o mundo estaria entrando em uma progressão democrática. A sexta hipótese apresentava um otimismo americano além do processo de democratização mundial, mas também criaram expectativas positivas em torno da globalização, que esta traria benefícios para os Estados Unidos e todo o Sistema Internacional.

A sétima e última suposição abordada acreditava que a tecnologia seria a salvação, seu otimismo em relação a essa questão envolvia a crença de que promoveria a liberdade dos povos e os Estados Unidos estariam em posição privilegiada para usufruir dessa nova mudança<sup>22</sup>.

As estratégias tradicionais, como contenção, unilateralismo, hegemonia e isolacionismo devem ser questionadas sobre a sua utilidade no novo contexto mundial. Pois, a revolução do mundo globalizado, tecnologia, informação, soberania e conflito desafiam o valor das grandes estratégias adotadas nas décadas anteriores. A nova Grande Estratégia a ser adotada pelos Estados Unidos deve ser multidimensional, apoiar meios adequados para atingir os fins desejáveis, consistentes e relevantes<sup>23</sup>.

Os Estados Unidos deveriam então, dedicar a sua atenção e construir sua Grande Estratégia baseada nesses novos desafios, como por exemplo, lidar com a dependência de recursos estrangeiros. A contenção ou eliminação do terrorismo pode estar dentro dos propósitos estadunidenses, mas não deve ser o foco principal, e quando surgirem ameaças o país deve aprender a lidar utilizando-se de outros meios que não a força<sup>24</sup>.

---

<sup>22</sup> BRAND, H.; FEAVER, P. 2016.

<sup>23</sup> HART, G. 2004, p. 4, 14, 15.

<sup>24</sup> HART, G. 2004, p. 14.

### 3 DESAFIOS NA FORMULAÇÃO DA GRANDE ESTRATÉGIA ESTADUNIDENSE NO SÉCULO XXI

Os grandes acontecimentos do início do século XXI como o atentado das torres gêmeas em 11/09, e a grande crise econômica de 2008 trouxeram à tona novamente o questionamento de qual seria da Grande Estratégia (GE) adotada pelos Estados Unidos (EUA). Pretende-se então, nesse capítulo, associar os fatos apresentados anteriormente a presunção de que se deveria construir uma nova Grande Estratégia estadunidense no cenário internacional atual.

Velasco e Cruz (2012) organizou sete pontos que devem ajudar a guiar a análise do papel dos Estados Unidos na construção de sua Grande Estratégia, e a partir desses tópicos, intenciona-se então, identificar e utilizá-los como auxílio para entender como a teoria deve ser interpretada, se baseando em definições de distintos autores para perceber como a GE deve ser construída.

Os sete pontos foram elencados em: 1) identificar quem participa desse debate e qual sua importância; 2) elencar os interlocutores; 3) analisar como são avaliadas as tendências internacionais no pós-Guerra Fria (GF); 4) reconhecer quais são as coordenadas políticas; 5) entender de que maneira as diferentes visões do debate convergem na política estadunidense; 6) verificar como as formulações gerais da Grande Estratégia se traduzem em políticas governamentais particulares e quais suas reações; e por fim 7) detectar quais as implicações para os demais Estados, nesse caso, México e Brasil.

Algumas das dificuldades na construção da Grande Estratégia são: identificar os elementos empíricos, quem define os objetivos, calcula os efeitos e faz os ajustes. Para escolher os elementos a serem abordados devem-se incluir interesses e iniciativas em um Sistema Internacional frágil que conta, não apenas com um sistema de Estados, mas também com organizações não-estatais e a sociedade civil que carrega certo grau de diferenciação funcional. Assim, para lidar com diferentes países, é necessário montar uma Grande Estratégia que considere essas variáveis.

As decisões de política externa são resultado das barganhas feitas pelos atores racionais dos Estados, a Grande Estratégia serve então para explicar os padrões encontrados na política de determinados países em que deve-se analisar as dinâmicas das estruturas entre o Estado e a sociedade civil<sup>25</sup>.

De acordo com Friedman (2016), a dificuldade em identificar quem participa do

---

<sup>25</sup> VELASCO e CRUZ, S. C. 2012, p. 1-11.



debate da Grande Estratégia é a de que essa argumentação não está tão inserida na política americana quanto deveria estar. Para grande parte dos políticos, ele está em torno principalmente da primazia, tendo o domínio militar como estratégia base. A primazia vê os esforços militares como alianças, bases estrangeiras, treinamento militar e ataques aéreos como garantia de sua estabilidade doméstica e internacional.

A primazia está inserida nos interesses dos líderes norte-americanos, o que faz com que essa política raramente seja questionada. Os *policymakers* se utilizam das ciências sociais mais como uma maneira de legitimar suas crenças, ao invés de aplicá-las na construção de novas políticas. A academia tende a ser ignorada por esses tomadores de decisão, devido ao fato da complexidade das ideias dos acadêmicos, contrariando os formuladores de política externa e suas ideias políticas já projetadas.

Os *policymakers* tendem também a ignorar o *stablishment* da política externa dos Estados Unidos, que é uma ordem ideológica, econômica e política composta por um grupo de pensadores, designados para postos de segurança do governo federal para escrever opiniões. Esses são contratados por *think tanks*<sup>26</sup>, mas raramente inclusos na discussão da Grande Estratégia. O que é considerado uma perda para a política externa do país, visto que os *think tanks* vem investindo em muitos desses avaliadores, selecionados para debater ideias e propôr soluções de melhorias<sup>27</sup>.

*Strategy is logic for a choice among options; it prioritizes. Strategy is “grand” when it aims to guide other foreign policy goals and decisions. Those subsidiary goals, in theory, steer diplomatic goals and military strategy, which in turn drive agency choices, down to the smallest decisions. Grand strategies are general theories of how states create security for themselves. Grand strategy is unavoidable and occurs whenever states have security policies informed by causal ideas, which is virtually always. The permanence of competing parties and goals, however, ensures that grand strategy is never fully realized. It is particularly difficult to achieve without pressing dangers to unify people, and the degree of realization varies across and within states (FRIEDMAN, B. H. 2016, p. 16).*

Os especialistas nessa questão (POSEN e ROSS, 1997; HART, 2004; DUECK, 2015; KAUFMANN, 2007) pesam Grandes Estratégias concorrentes, descrevendo-as e avaliando suas pretensões teóricas subentendidas. Em algumas situações, esses acadêmicos também estudam questões operacionais. Já no *stablishment*<sup>28</sup> da política externa, eles se concentram principalmente em questões operacionais, raramente publicam trabalhos sobre o tema ou

<sup>26</sup> Um instituto político, ou instituto de pesquisa que fazem pesquisas relativas a política social, estratégica, econômica, militar, tecnológica, etc. Para mais informações: <<https://onthinktanks.org/articles/what-is-a-think-tank-defining-the-boundaries-of-the-label/>>.

<sup>27</sup> FRIEDMAN, B. H. 2016. p. 14-16.

<sup>28</sup> Ordem ideológica, econômica e política que constitui uma sociedade ou um Estado.

avaliam a primazia. Sua intenção na verdade, muitas vezes é de reificar essa política através teorias que apresentam o mesmo significado, com nomeação diferente.

Desde o fim da Guerra Fria, uma variável que sempre apareceu na construção da Grande Estratégia dos Estados Unidos foi a de propagar os valores da paz democrática, através do liberalismo. Mas pra Miller (2012), existem outros quatro pilares que normalmente são considerados pelos EUA na implementação da sua política externa: 1) proteger o plano doméstico de ataques; 2) manter a balança de poder; 3) punir os *rogue states*<sup>29</sup>; e 4) investir em sua governança internacional e aliar as suas capacidades<sup>30</sup>.

Durante o período da Guerra Fria havia um curioso consenso sobre qual era a grande finalidade nacional: a contenção do comunismo. Para o período entre 1946 e 1991, tornou-se uma forma simplificada de Grande Estratégia para os Estados Unidos e muitos de seus aliados, conhecida por *containment*<sup>31</sup>. Com o colapso da Guerra Fria e os estadunidenses como vitoriosos, os EUA se tornaram a grande superpotência, porém, novos desafios surgiram em todo o mundo<sup>32</sup>.

O ataque às torres gêmeas certamente deixou um horror tanto na sociedade civil quanto no Sistema Internacional, a Guerra ao Terror global que surgiu posteriormente, trouxe outras graves conseqüências, como o ataque ao Afeganistão e ao Iraque pelas tropas americanas, mudanças nas leis para os prisioneiros e aplicação de novas leis internas. O clima que o fim da Guerra Fria trouxe do sentimento de “paz democrática”, que modificou os conceitos para a construção da segurança, não seria mais através da rivalidade entre países ou corrida armamentista, e sim, através da cooperação e instituições internacionais que promoviam a segurança coletiva, como também a formação de novas alianças. Possibilitando assim a construção de uma nova Grande Estratégia<sup>33</sup>.

O ataque do 11/09, diferente da ameaça do comunismo no século XX, não conseguiu construir um princípio organizador entre as regiões da Europa, Ásia, África e América Latina, como no século passado. Esse fato trouxe um princípio orientador para os Estados Unidos, ao menos durante o mandato de George W. Bush, mas não conseguiu, por si só, construir uma nova Grande Estratégia americana. O terrorismo provocou mudanças na definição de conflito, pois de certa forma, essas guerras não são mais controladas pelo Estado e não devem lealdade

---

<sup>29</sup> Termo criado para países vistos como ameaça a paz mundial, classificados como países com governos autoritários, não-democráticos e apoiam o terrorismo. Os países considerados como *rogue states* pelos Estados Unidos são: Afeganistão, Cuba, Iraque, Líbia, Iugoslávia. Ver mais em: < [https://chomsky.info/199804\\_\\_/](https://chomsky.info/199804__/)>.

<sup>30</sup> MILLER, P. D. 2012, p. 7.

<sup>31</sup> X, 1987.

<sup>32</sup> HART, G. 2004, p. 4.

<sup>33</sup> SURI, J. 2010.

a ele. Muitas vezes elas não têm objetivos políticos nem econômicos e o principal prejudicado é a sociedade civil.

As novas tendências do Sistema Internacional incluem a globalização, revolução da informação, mudança na natureza do conflito como consequência dessas tendências, além da decadência da autoridade do Estado-Nação. É considerando essas mudanças que deve-se construir uma nova Grande Estratégia estadunidense. É importante destacar que os EUA dependem de recursos naturais estrangeiros, principalmente energéticos, portanto, deve-se reconhecer essa dependência e pensar em novas formas de lidar com ela.

Os Estados Unidos encontrariam limitações também no campo econômico, devido à grande demanda de investimento estrangeiro para pagar suas dívidas e seus gastos em defesa. O país é dependente de investidores estrangeiros públicos e privados. Portanto, a nova Grande Estratégia também deve levar em conta medidas a serem tomadas quanto a essa dependência, e analisar quais são as implicações econômicas e de segurança no âmbito interno.

Por fim, os Estados Unidos são dependentes de seus próprios ideais, crenças e princípios. Ou seja, a elaboração de uma Grande Estratégia que não englobe esses princípios é o maior desafio para os *policymakers*. Os tomadores de decisão do novo século devem levar em conta não apenas aspectos militares, mas considerar aspectos políticos e econômicos como igualmente importantes. O terrorismo não é a principal ameaça aos Estados Unidos, mas também: ameaças ao estoque de petróleo; Sistema Internacional vulnerável e Estados-falidos; que devem ser incluídos nos grandes propósitos americanos; ameaça econômica da China; globalização e revolução tecnológica<sup>34</sup>.

Formular uma Grande Estratégia para um país tão grande e poderoso como os Estados Unidos é uma tarefa complicada. Os Estados Unidos têm de estar presentes tanto em questões internacionais como domésticas, o que dificulta perceber qual questão deve ter prioridade. Os EUA são uma sociedade pluralista, sua Grande Estratégia requer consenso e é muito difícil de construí-la devido ao conflito de interesses e ideias que compõem a democracia estadunidense.

Quando os *policymakers* americanos percebem que seu plano doméstico está sendo ameaçado, tornam a situação mais complexa, já que Washington deve conciliar e formular uma Grande Estratégia que englobe esse contexto. O Sistema Internacional exige uma liderança dos EUA, e sua missão é conseguir servir aos fins úteis com sabedoria<sup>35</sup>.

Se o poder dos Estados Unidos entrou em declínio após o colapso da GF, não foi

---

<sup>34</sup> HART, G. 2004, p. 5-11.

<sup>35</sup> SURI, J. 2010.

devido à decadência dos poderes econômicos e influência da grande potência, pois os EUA continuam sendo adequados para resolver os problemas mundiais. Não é também pela complexidade das relações internacionais ou cansaço da guerra, nesse caso, envolve questões de identidade e novos propósitos<sup>36</sup>. De acordo com Posen (2014), em um artigo para a revista eletrônica Boston Review:

*Any state can resort to arms to enforce its claims, so the United States wisely remains prepared to enforce its claims, if it must. The most important claim is to sovereignty, territorial integrity, and safety. That said, the development of military force is expensive, and the use of military force is terrible. Great American generals from William Tecumseh Sherman to Dwight Eisenhower remind us that war is hell and that war is waste. The United States needs military power and needs to be prepared to use it. But this is no casual matter. Military power must be subjected to the discipline of political analysis. That is the purpose of grand strategy (POSEN, B. R. 2014).*

Uma Grande Estratégia coerente é de fundamental importância para orientar as ações da política externa e doméstica do país, pois dá sentido às decisões que os políticos devem tomar em tempos de guerra ou de paz. A Grande Estratégia fornece um consenso sobre quais devem ser os objetivos do Estado e também ensina a como colocá-los em prática<sup>37</sup>.

*Thus, grand strategy provides guidance to the affairs of the state in the broadest conceptual sense. In the hierarchy of interests and principles that guide a nation's overall approach to foreign policy, grand strategy provides the central organizing framework or consensus that guides how policymakers articulate and implement their policies. It is precisely because grand strategy, when properly defined and practiced, exerts the greatest influence on foreign policy that it deserves considerable attention and study. Yet policymakers also find that it is difficult to articulate and implement grand strategy effectively (MARTEL, W. C. 2015).*

Existem seis atributos fundamentais na Grande Estratégia, de acordo com Martel (2015), o primeiro se trata da confusão existente para defini-la, já que nos pensamentos anteriores, relacionavam a estratégia propriamente dita, com conceitos e objetivos estritamente militares. No problema atual deve-se incorporar prioridades econômicas domésticas, como diplomatas e militares. Em sua essência, ela é necessária para definir os objetivos para que o Estado alcance o papel desejado no Sistema Internacional. O segundo acredita que, o sucesso de uma Grande Estratégia está totalmente dependente da capacidade de conseguir integrar os componentes militares e não-militares de um Estado de maneira eficaz e coerente.

---

<sup>36</sup> POSEN, B. R. 2014

<sup>37</sup> MARTEL, W. C. 2015.

O terceiro atributo afirma que articular e implementar a Grande Estratégia é um processo contínuo, não deve estar relacionada apenas a momentos de profunda crise. Ela deve ser constantemente estudada e avaliada independente do momento político que se está vivendo. Se ela for discutida apenas em momentos críticos, causará confusão entre aliados e adversários, além de polarizar as discussões internas. O quarto atributo é que a Grande Estratégia deveria guiar os Estados de acordo com todos os seus recursos: humano; político; econômico; tecnológico e militar, para defender e promover seus interesses.

O quinto atributo se trata do conceito para equilibrar os fins e os meios da GE, é fundamental encontrar esse equilíbrio, pois os *policymakers* tendem a calcular mal as evoluções e restrições econômicas e políticas de um Estado. Por fim, o sexto atributo foca na ideia de que a eficácia da Grande Estratégia deve incluir uma unidade política, filosófica e ideológica fundamental nas metas do Estado. Já que o objetivo final é promover e defender os interesses do país, deve-se garantir que este corresponde ao caráter interno, como a tradição política e cultura nacional<sup>38</sup>.

Para implementar a Grande Estratégia deve-se estabelecer quais são os interesses vitais de segurança nacional, reconhecer se existe alguma ameaça aos seus interesses vitais e então tornar as decisões sobre de que maneira seus recursos políticos, militares econômicos devem ser utilizados para proteger os seus interesses<sup>39</sup>.

Existem quatro funções principais da Grande Estratégia: priorizar; coordenar; equilibrar e integrar. Primeiro, para estudiosos e *policymakers* o maior desafio é escolher os objetivos mais importantes e essenciais para que não haja desgaste de energia e recursos em esforços não-valiosos. A Grande Estratégia serve para guiá-los a fazer escolhas prudentes, através de um quadro geoestratégico para tomar as melhores decisões que nem sempre se mostram de forma clara, e englobam todas as ações tomadas pelo Estado. Segundo, é preciso coordenar as ações entre os distintos tipos de poder nacional, em que se devem administrar com prudência os recursos essenciais para os seus objetivos.

Em terceiro lugar, é necessário equilibrar meios e fins para que não atinjam fins politicamente autodestrutivos. É de destaque dos *policymakers*, responsáveis em articular e executar a Grande Estratégia, que encontram restrições econômicas e políticas diariamente. As políticas da Nação devem garantir que sejam prudentes de acordo com as condições dadas e o resultado almejado.

Os *policymakers* devem atingir a capacidade em articular uma Grande Estratégia com

---

<sup>38</sup> MARTEL, W. C. 2015.

<sup>39</sup> YANG, J. 2011.

explanação coerente e racional dos perigos enfrentados pelo Estado, elencando os objetivos deles e as oportunidades apresentadas. Por último, deve-se integrar os diferentes tipos de poder nacional que estão disponíveis para o Estado. Os *policymakers* devem assegurar-se que vão atingir resultados positivos<sup>40</sup>.

Os líderes estadunidenses acreditam que umas de suas maiores desvantagens, é a natureza de sua “missão” na Ordem Internacional que é interminável, no caso militar, por exemplo, é necessário que haja renovação constante, pois sempre há outros países investindo em armamentos de diversos modelos, ameaçando a sua segurança doméstica e também internacional.

Os Estados Unidos são desafiados por suas próprias ideias. O sistema capitalista liberal encabeçado pelo país, que procurou promover seus princípios e valores internacionalmente, passou a desafiá-los posteriormente. Seus avanços tecnológicos os beneficiaram, mas também os prejudicaram em sua política mundial. A ascensão da China como potência surgiu devido à tecnologia da informação liderada pelos EUA, de um sistema econômico internacional aberto, permitindo assim, que a China fosse parte desse mercado com igualdade de condições.

Outra desvantagem percebida pelos Estados Unidos é a da Ordem Mundial ser baseada nos princípios da Carta da ONU, tornando-se assim, difícil trabalhar em conjunto nessas instituições e conseguindo realizar reformas significativas. As Organizações que promovem a cooperação acabam prejudicando o poder almejado pelos EUA de construir novas alianças.

Na Guerra Fria, apesar de encontrarem dificuldades na construção de uma política de Grande Estratégia, os desafios eram mais fáceis de ser identificados e classificados. Hoje, os desafios e ameaças políticas são mais diversos e não podem ser abordados da mesma maneira. Os EUA precisam, portanto, se aprimorar cada vez mais em suas capacidades e refinar sua GE de acordo com as mudanças globais<sup>41</sup>.

Para se pensar em uma Grande Estratégia para o Brasil e o México no governo Obama é preciso analisar o cenário internacional anterior a esse período em relação a região. Para JERVIS (2003) a Doutrina Bush apresentou quatro elementos principais: 1) a política doméstica ocupava um espaço essencial para a construção da política externa; 2) a necessidade de políticas vigorosas para combater as ameaças advindas do terrorismo; 3) a ação unilateral, sem o apoio ou utilização de instituições internacionais e 4) a importância dos Estados Unidos afirmar a sua supremacia internacional.

---

<sup>40</sup> MARTEL, W. C.

<sup>41</sup> MEAD, W. R. 2015.

A crença de sua Doutrina é que os valores da grande potência devem ser universais, e a propagação destes só traria benefícios ao mundo inteiro. Bush pretendia implementar o livre comércio e eleições livres nos países latino americanos<sup>42</sup>. E, embora doutrina e Grande Estratégia não coincidam sempre, a doutrina aparece como suporte para a explicação da GE.

Na administração de Bush, de acordo com o primeiro elemento, medidas fortes e extremas para propagar a democracia seriam necessárias e se mostrariam eficazes, pois acreditavam que a democracia traria maior estabilidade com seus vizinhos e menos chances do terrorismo se expandir na região. Sendo consistente com o liberalismo, Bush aproveitou para tentar reestruturar o mundo no sentido liberal após o 11 de setembro.

O segundo ponto principal da doutrina de Bush focou principalmente na ameaça terrorista advinda dos *rogue states*, a partir da crença de que se os Estados Unidos deveriam estabelecer a ordem do mundo, tomando em conta que se eles não conseguissem tornar o mundo melhor, ele ficaria mais perigoso. A sua administração acreditava que o país deveria estar preparado para promover guerras preventivas e agir contra ameaças em formação.

Outro ponto que explica o comportamento americano reside no aumento do poder relativo de outro Estado, trazendo para os EUA novos medos. Já o quarto ponto, pode ser explicado pela preocupação com o futuro, que de acordo com a doutrina de Bush, os Estados Unidos não eram um poder de *status quo*, a junção de poder, medo e perseguição de oportunidades os conduziam a remodelarem a política internacional.

Em abril de 2001, na Cúpula das Américas que aconteceu em Quebec no Canadá, e contou com a presença de outros 33 líderes do Hemisfério Ocidental, o presidente Bush<sup>43</sup> proferiu um discurso que enfatizou a importância de um hemisfério democrático e unido pelo livre-comércio. O presidente apresentou diversos temas e iniciativas para fortalecer a relação com seus vizinhos. Primeiramente, destacou que haveria uma melhoria de benefícios comerciais pela Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), em que também trabalharia para que os acordos comerciais fossem negociados de maneira mais simples.

George W. Bush citou a Iniciativa da Terceira Fronteira, mostrando seu interesse na aproximação e maior cooperação entre os EUA e demais países do Caribe. A partir da Iniciativa Regional Andina haveria a promoção de democracia e estabilidade da região. Com a intenção de criar centros hemisféricos de excelência de professores, o programa *american fellows* consistia em um intercâmbio de funcionários em agências governamentais, criação de

---

<sup>42</sup> JERVIS, R. 2003, p. 366-383.

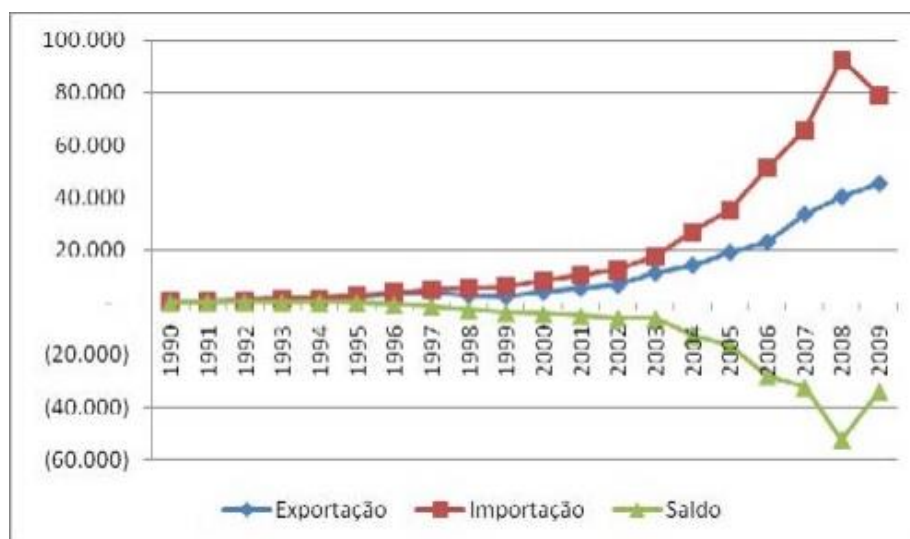
<sup>43</sup> Discurso proferido pelo presidente George W. Bush na 5ª Cúpula das Américas, disponível em: <<https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/04/20010423-1.html>>. Acesso em: <08/03/2017>.

bolsas de comércio eletrônico para capacitar os indivíduos através de oportunidades digitais. E por fim, Bush se mostrou bastante motivado a proteger os recursos naturais da região.

Porém, o ataque terrorista de 09/11 forçou a administração de Bush a rever sua política externa mundial, o que incluiu também a América Latina, trazendo novos discursos e novas políticas principalmente na fronteira com o México, mas também mapeando possíveis zonas de perigo na região do Brasil, Argentina e Paraguai. Com isso, a Doutrina Bush apresentou desvios de política, adotando características de política externa americana similar ao período da Guerra Fria e a ameaça soviética. Essas ações confirmam a noção de que os Estados Unidos agiram unilateralmente e com ação militar.<sup>44</sup>

Em seu governo, foram deixadas de lado preocupações relacionadas à América Latina que eram importantes para o povo que lá vivem, como as questões de pobreza, educação, distribuição de renda, e a segurança dos cidadãos nas ruas contra as violências das gangues e crimes organizados<sup>45</sup>. Grande parte dos países da região estreitou os laços comerciais com outros países, principalmente com a China, deixando assim de depender exclusivamente dos Estados Unidos<sup>46</sup>. Essa aproximação com a China pode ser percebida nos gráficos a seguir:

**GRÁFICO 1: Exportações, Importações e Saldo Comercial da América Latina (Todos os países) com a China de 1990 à 2008 (em milhões de dólares).**



Fonte: Rolo (2013) apud. Barbosa, Biancalana e Tessapê (2010). Dados da Comtrade 2010

<sup>44</sup> PRUTSCH, U. 2009, p. 254.

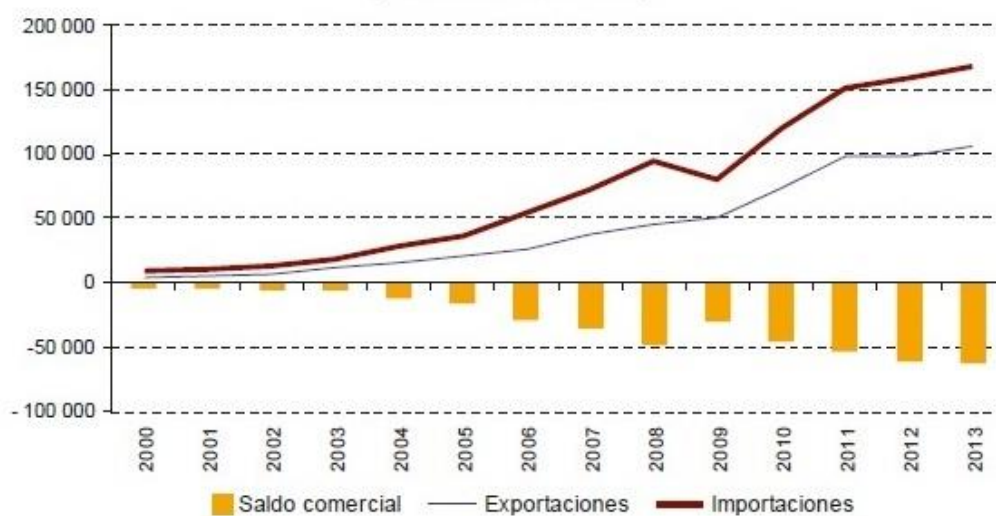
<sup>45</sup> LOWENTHAL, A. 2010.

<sup>46</sup> Latin America Perspectives. 2011.



Como se pode identificar no gráfico, até o ano de 1999, as taxas de importação e de exportação para a China se por todos os países da América Latina se mantiveram constante. A partir dos anos 2000, é possível perceber altas taxas de crescimento, atingindo seu ápice em 2008, ano da eleição do presidente Obama. O saldo desses países apresenta queda devido aos valores de importação serem mais altos que o de exportação, sendo assim, uma relação vantajosa para a China.

**GRÁFICO 2: América Latina e Caribe: comércio de bens com China, 2000-2013 (em milhões de dólares).**

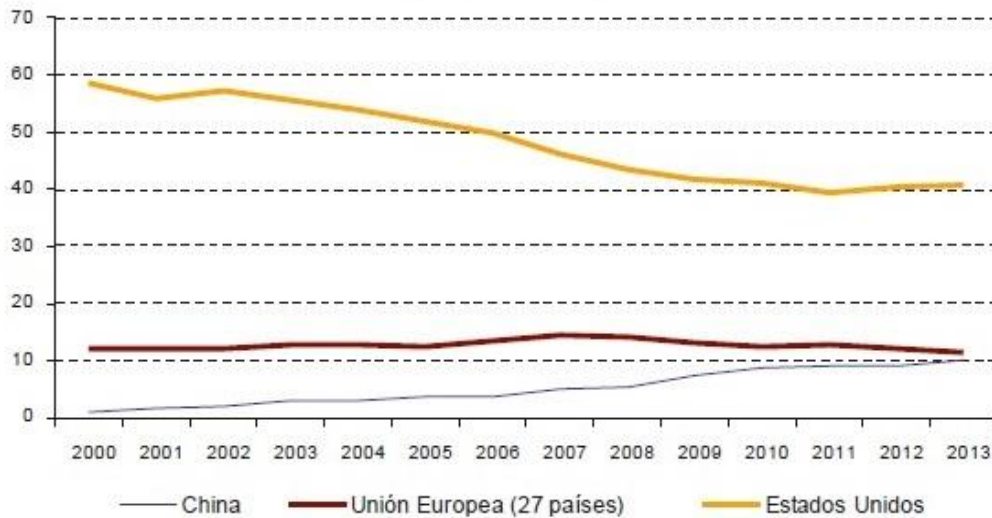


*Fonte: Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), sobre a base das Nações Unidas (ONU), base de dados estatísticos sobre o comércio de mercadorias (COMTRADE)*

Nesse segundo gráfico, apresenta-se um intervalo histórico mais atual, desde o início do primeiro mandato do presidente Bush, até o fim do primeiro mandato do presidente Obama, com foco principal nesse recorte temporal em que a China passou a apresentar taxas mais altas de crescimento. É possível identificar uma queda entre os anos de 2008 e 2009, porém, nos demais anos, percebe-se um crescimento relativamente constante.

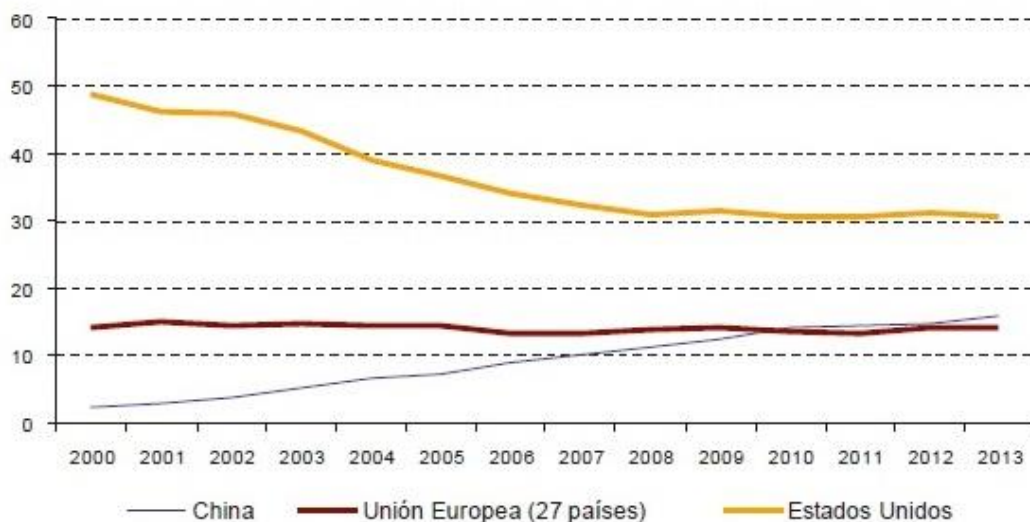
**GRÁFICOS 3 E 4: América Latina e Caribe: dados de exportações e importações da região com a China e Estados Unidos, entre 2000 e 2013 (em porcentagens)**

*Exportações:*



Ao comparar os dados de exportação da América Latina para a China e os Estados Unidos, apesar de haver uma queda significativa a partir de 2005 nas exportações para os EUA, o crescimento em relação à China não foi muito considerável, nesse sentido, não sendo de grande ameaça para a relação com os EUA.

*Importações:*



*Fonte: Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), sobre a base das Nações Unidas (ONU), base de dados estatísticos sobre o comércio de mercadorias (COMTRADE).*

Já no gráfico que apresenta os valores de importação, é possível perceber altas taxas de crescimento Chinês no mercado latino e caribenho, enquanto os Estados Unidos apresentaram grande declínio. Nesse sentido, o afastamento dos EUA da região, permitiu que houvesse um vácuo de poder na região, possibilitando que a China passasse a exercer maior influência, aproximando-se através do comércio internacional, com importação e principalmente exportação, de bens e consumos.

O grande desafio para a Grande Estratégia americana em relação a América Latina é que esses países se tornaram extremamente anti-americanos no período do governo de George Bush, somando com o fato da região enfrentar altos índices de pobreza<sup>47</sup>, crime, sentimentos antidemocráticos<sup>48</sup>. A América Latina passou por diversas mudanças políticas, como o surgimento de governos social-democratas e socialistas, e tais mudanças ampliaram a integração entre esses países, distanciando-os dos Estados Unidos<sup>49</sup>.

Dentro dessa realidade, a nova Grande Estratégia dos Estados Unidos para os países da América Latina deveriam partir de cinco princípios: o primeiro afirmava que as estratégias latinas dependiam da liderança ou apoio americano; quando há apoio dos estadunidenses, coisas boas acontecem; na maioria dos casos o que é importante para os países latino-americanos não é para os Estados Unidos e vice-versa; quando os EUA se envolvem em alguma questão latina, posteriormente há um período de passividade; a América Latina é a única região que pode transformar a sociedade americana<sup>50</sup>.

O desafio para uma nova Grande Estratégia era de aumentar a força do Estado democrático, e acreditava-se que os EUA deveriam buscar uma que objetivasse segurança, energia, crescimento econômico e democracia em uma junção do estado formal e o informal para que haja uma maior integração entre as economias nacional e global.

Portanto, para alcançar esse fim, os Estados Unidos deveriam se utilizar de quatro princípios: o de reforçar a governança para aumentar a efetividade do Estado democrático; esse reforço aumentaria a competitividade internacional entre os países latinos, essencial para que houvesse um aumento na produção interna aumentando a confiança dos Estados; dessa maneira, haveria um melhoramento do comércio e investimento que guiará para uma necessidade de aumento da educação e inclusão dos excluídos socialmente para os conjuntos de desenvolvimento domésticos e internacionais; por fim, seria imprescindível que houvesse

---

<sup>47</sup> Taxas de pobreza em 2004: Brasil – 25%; México – 14%; Colômbia – 12%; Venezuela – 22%; Equador – 8,2%; Peru – 33,2% e Bolívia – 37,1%. Estatísticas encontradas na Comissão Econômica para América Latina – (CEPAL). 2005, p. 25-27.

<sup>48</sup> Ver dados em: PINHEIRO, P. S. 2007, p. 64-69.

<sup>49</sup> Latin America Perspectives. 2011, p. 18.

<sup>50</sup> MARCELLA, G. 2007, p. 46-47

um reforço das instituições que lutam para combater a criminalidade<sup>51</sup>.

Desde que Obama assumiu a presidência, os estudiosos vinham tentando identificar se existiu uma “Doutrina Obama” com objetivos claros e coerentes. Enquanto há indícios de que ele não possuía nenhuma Grande Estratégia, em outros casos, afirma-se que ele não possuía apenas uma, mas múltiplas estratégias. Construir uma doutrina perdeu seu sentido no mundo multipolar que conta com acontecimentos distintos em todo o Sistema Internacional.

O que esteve claro desde o princípio em seus discursos em sua candidatura ainda em 2008, era que o presidente tinha interesses em liderança política e econômica deixando como segundo plano a militarização. O presidente pretendia construir uma Grande Estratégia com base nos elementos de contenção e equilíbrio ao invés da primazia, já que a política mundial estava cada vez mais girando em torno da arena econômica e os Estados Unidos estavam passando a perder a sua influência<sup>52</sup>.

Com a chegada de Obama ao poder, ele demonstrou interesse em reduzir os comprometimentos dos EUA além dos oceanos, realocarem seu lugar no mundo, e mudar seus comprometimentos para os parceiros globais. A administração de Obama alegou a necessidade de reacertar sua influência e seus ideais além do globo após ser desafiado por outros países.

A ascensão da China como uma potência que desafiava a hegemonia norte-americana, principalmente no governo Bush, fez Obama mudar drasticamente a sua política, pois havia uma preocupação com esse avanço de influência principalmente em zonas que os EUA eram dominantes, as Américas e a África. Portanto, Obama entrou na Casa Branca com três convicções estratégicas: a primeira, que rejuvenescimento doméstico era crucial pra qualquer grande estratégia de longo prazo. A segunda estratégia, concluiu que os Estados Unidos estavam indo além nos lugares errados, com a guerra ao terror. Terceiro, consertar os erros da administração de Bush, que empurrou os EUA para um relativo declínio<sup>53</sup>.

A estrutura do Sistema Internacional no período que Barack Obama assume o comando dos Estados Unidos era um cenário político que estava sofrendo mudanças no equilíbrio de poder, em que a unipolaridade estaria chegando ao fim. Obama não estaria interessado em Grandes Estratégias, nem desejava ser a “polícia do mundo”, porém, almejava preservar os Estados Unidos como grande poder mundial<sup>54</sup>.

---

<sup>51</sup> MARCELLA, G. 2007. p. 48-52

<sup>52</sup> STEPÁK, A.; WHITLARK, R. 2012, p. 52.

<sup>53</sup> DREZNER, D. W. 2001.

<sup>54</sup> LAÏDI, Z. 2010, p. xi-xii.

Para Dueck (2015) Obama foi um dos maiores e mais impressionantes líderes que os Democratas tiveram nos últimos anos, ao mostrar uma continuidade em relação ao seu antecessor, porém, com grande foco na economia. O presidente tinha a expectativa de ser um presidente transformador. Barack Obama sempre afirmou que tentaria promover a justiça social, reduzir desigualdades e tentar conter o setor privado. A aposta era de que sua Grande Estratégia apresentaria caráter híbrido, passível de mudanças políticas de acordo com o tempo e o espaço<sup>55</sup>.

A intenção do próximo capítulo é, portanto, avaliar e definir quais foram as ações transformadoras que a administração Obama tomou em relação ao México e Brasil. Entender as razões desses dois países serem importantes para a política externa do país e quais foram os desafios encontrados para se estabelecer uma relação bilateral, ao negociar acordos e parcerias. No mais, considerar se existiu uma Grande Estratégia efetiva e renovadora para esses países.

---

<sup>55</sup> DUECK, C. 2015, p. 26-31.

#### **4 GRANDE ESTRATÉGIA DA ADMINISTRAÇÃO DE BARACK OBAMA PARA O MÉXICO E BRASIL**

Nesse capítulo, pretende-se considerar os novos desafios e acontecimentos do século XXI na construção da Grande Estratégia dos Estados Unidos. Objetiva-se analisar se houve e quais foram os elementos utilizados por Barack Obama na construção da nova GE para o México e Brasil nos seus oito anos de presidência. Pretende-se delinear as expectativas no início de seu mandato e seus atos concretizados.

Durante a campanha presidencial, Obama prometeu mudanças na Grande Estratégia dos Estados Unidos como um todo, saindo de uma política unilateral para uma de caráter multilateral prezando principalmente pela negociação e cooperação internacional<sup>56</sup>. A expectativa pela eleição de Obama, primeiro presidente negro dos Estados Unidos, era muito positiva por parte dos países da América Latina. Esperava-se que, finalmente, houvesse uma mudança na política externa de Washington para a região<sup>57</sup>.

Desde o governo de Kennedy (1961-1963) houve pronunciamentos de que se investiriam em iniciativas políticas quanto à América Latina, mas pouco se esperava de Obama, até porque pouco se mencionou sobre isso em sua campanha. Após sua entrada na Casa Branca, ele organizou várias visitas a América Latina e Caribe e anunciou iniciativas para a região.

Havia duas principais razões para a administração de Obama prestar atenção quanto as Américas: a primeira delas, devido à esperança de que isso representaria uma vitória em sua política externa, visto que havia um descontentamento na região quanto às políticas de Bush. A segunda foi que, apesar de não serem assuntos urgentes para os Estados Unidos, o México e o Brasil eram de extrema importância para as preocupações diárias do país<sup>58</sup>.

O que se encontrou nos primeiros anos do governo democrata foi grande continuidade da política de seu antecessor, de esquecimento da região, isso pode ser relacionado ao fato que Obama assumiu a presidência no momento que os Estados Unidos estavam passando por sua maior recessão econômica desde a Grande Depressão, portanto, sua maior preocupação naquele momento era em relação a sua política interna e a economia do país, deixando assuntos externos como segundo plano<sup>59</sup>.

---

<sup>56</sup> FLORES, R. V. 2011, p. 86.

<sup>57</sup> WEISBROT, M. 2011.

<sup>58</sup> LOWENTHAL, A. 2010, p. 110.

<sup>59</sup> WEISBROT, M. 2011, p. 69.

A relação dos Estados Unidos e América Latina é influenciada por questões internas, principalmente da situação econômica americana. Interessa saber se os EUA iriam seguir com seus objetivos declarados nos primeiros meses de mandato<sup>60</sup>. Vale ressaltar que apesar da vontade de mudança, o presidente poderia encontrar dificuldades e resistências internas entre distintos atores políticos, principalmente o Congresso, que têm histórico de se opor a mudanças políticas<sup>61</sup>.

Ao assumir a presidência, Obama pôde encontrar uma América Latina pronta para negociar acordos econômicos, logo após a região ser ignorada por Bill Clinton e George Bush. Porém, alguns fatores contribuíram para que a região diminuísse suas expectativas quanto ao novo presidente, de que grandes mudanças em seu governo não aconteceriam, já que ele manteve o mesmo secretário de defesa do governo Bush, Donald Rumsfeld, e no plano econômico, escolheu o mesmo grupo liderado por Bill Clinton na década de 90<sup>62</sup>.

Em 2009, no encontro da Cúpula das Américas em Trinidad e Tobago, três meses após assumir a presidência, o presidente Obama, em seu discurso de abertura<sup>63</sup>, mencionou os objetivos em relação aos seus países vizinhos. Ele reconheceu que os habitantes americanos estavam passando por momentos críticos, e prometeu uma nova prosperidade, liberdade e justiça pra todo esse povo. Enfatizou que algumas promessas estadunidenses do passado não foram cumpridas, que os países deveriam confiar em sua promessa de formar uma parceria igualitária baseada em respeito e valores compartilhados.

Além do mais, Obama defendeu que seus objetivos incluíam estimular o crescimento econômico através da criação de novos empregos. Lembrando que se reuniu com os demais países do G20 para criar uma reserva de mais de um trilhão de dólares para os que precisam. O presidente também assegurou que pretendia trabalhar para que o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) oferecesse empréstimos para fazer uma reforma no sistema regulatório. Como também se mostrou empenhado em combater a desigualdade na região.

Obama ainda mencionou a segurança do meio ambiente e propôs uma *Parceria de Energia e Clima* para que a produção de energia fosse de maneira mais sustentável, citando México e Brasil como modelo de trabalho nessa área. A questão das drogas também foi ponto importante do discurso, em que o presidente reafirmou seu compromisso com o México em combater os cartéis de droga, planejando investir 30 milhões de dólares para fortalecer

---

<sup>60</sup> LOWENTHAL, A. 2010, p. 36-37.

<sup>61</sup> FLORES, R. V. 2011, p. 105.

<sup>62</sup> GUANDÁSEGUI JR, M. A. 2011, p. 109-110.

<sup>63</sup> Discurso proferido pelo presidente Obama na 5ª Cúpula das Américas em Trinidad e Tobago, disponível em: <http://latimesblogs.latimes.com/washington/2009/04/obama-speech-u-s.html>

cooperação nas questões de segurança. Por fim, Obama completou que essas mudanças não seriam a curto-prazo, mas se comprometeu com uma atitude mais amigável e cooperativa com os demais países da América Latina, prezando principalmente pelo respeito mútuo e igualdade.

Era improvável que a América Latina fosse receber uma maior atenção de Obama nos dois primeiros anos porque os Estados Unidos tinham outras questões mais importantes para resolver na Casa Branca no âmbito doméstico e também a guerra no Iraque. As grandes exceções seriam o México, devido à fronteira compartilhada e o Brasil por ser visto como prioridade das atenções dos Estados Unidos em relação à região por ser naquele momento uma potência emergente.<sup>64</sup>

#### 4.1. MÉXICO

O México ocupa um papel diferenciado quando comparado aos outros países nas relações bilaterais com os EUA, posto que as principais questões da agenda doméstica estão relacionadas ao país, como problemas ambientais nas fronteiras, migração, segurança e comércio. A expectativa era de que a Grande Estratégia de Obama promovesse novas formas de cooperação entre os dois países, devido à ligação por fronteira, com também a sociedade e economia compartilhadas<sup>65</sup>.

Em sua campanha nos anos 2000, George Bush enfatizou sobre o México ser sua prioridade na questão da política externa do país<sup>66</sup>. Até o atentado de 11 de setembro, a relação entre os dois países esteve em um momento de glória. Após o ocorrido, o objetivo principal dos Estados Unidos em relação ao seu vizinho era de tentar manter a fronteira segura e conseguir apoio do mesmo na guerra contra o terror. Enquanto o México permaneceu cauteloso nessa questão, ao alinhar suas políticas discretamente para abordar as prioridades de segurança dos Estados Unidos que estavam com sua integridade e segurança em jogo<sup>67</sup>.

Felipe Calderón assumiu a presidência do México em 2006 e não apresentou grandes mudanças em relação aos Estados Unidos, porém, deixou o vizinho em segundo plano contrapondo o seu antecessor<sup>68</sup> que havia proposto uma intensificação na relação bilateral. O que mais interessava o presidente mexicano era obter o apoio dos EUA na luta contra o narcotráfico e o crime organizado. Com isso, os países criaram um programa de cooperação

---

<sup>64</sup> SELLE, A. 2009, p. 2

<sup>65</sup> Idem.

<sup>66</sup> CASTAÑEDA, J. G. 2008, p. 126.

<sup>67</sup> FLORES, R. V. 2011, p. 93-94.

<sup>68</sup> Vicente Fox, presidente do México entre os anos 2000 e 2006.



chamado “Iniciativa Mérida” que, de acordo com o Departamento de Estado dos Estados Unidos:

*The Merida Initiative is an unprecedented partnership between the United States and Mexico to fight organized crime and associated violence while furthering respect for human rights and the rule of law. Based on principles of common and shared responsibility, mutual trust, and respect for sovereign independence, the two countries' efforts have built confidence that is transforming the bilateral relationship (U.S. State Department).*

É fato que houve muitos questionamentos e decepções com a política externa americana para a América Latina no governo anterior, porém não se pode dizer que o México foi esquecido, devido às questões políticas que possuem caráter internacional e doméstico, “interméstico”, a cooperação em segurança, integração econômica, imigração e controle de fronteiras são essenciais na agenda bilateral<sup>69</sup>.

Os Estados Unidos são a prioridade da Grande Estratégia mexicana, porém, o país não é prioridade para os americanos, apesar de ser considerado um parceiro importante. A chegada de Obama trouxe muitas expectativas para o México, pois o relacionamento entre os dois países sempre se mostrou bastante complexo. São duas nações completamente diferentes, um desenvolvido e o outro em desenvolvimento, mas com importante ligação geográfica. Essa fronteira compartilhada naturalmente faz com que os países precisem resolver seus problemas em conjunto<sup>70</sup>.

A administração de Obama teve que encarar desafios prévios, como finalizar projetos da Iniciativa Mérida, questões de segurança da fronteira para ajudar o México com problemas como o tráfico de drogas e queda da economia<sup>71</sup>. Ainda em campanha, Obama fez três promessas específicas em relação ao país: 1) uma proposta de reforma migratória integral, 2) revisão do NAFTA<sup>72</sup>, e 3) melhora na cooperação na fronteira. Visando principalmente uma responsabilidade compartilhada entre as duas nações<sup>73</sup>.

Ao longo da história, a relação dos dois países varia entre conflito e cooperação, e é por definição uma interação complexa, o fato de compartilharem da mesma fronteira faz com que haja diversas questões compartilhadas na agenda bilateral, como migração, contrabando, ambiente, turismo, comércio, investimentos, segurança, etc. Isso torna essa relação

---

<sup>69</sup> SELLE, A. 2009, p. 3.

<sup>70</sup> FLORES, R. V. 2011, p. 86-88.

<sup>71</sup> ERIKSON, D. P. 2009, p. 106.

<sup>72</sup> Tratado Norte-Americano de Livre Comércio, que entrou em vigor em 1994 que envolve os Estados Unidos, Canadá e México em um acordo de livre comércio para troca de mercadorias entre os três países com custos reduzidos. Para mais informações: <<https://www.nafta-sec-alena.org>>.

<sup>73</sup> HERENDIA e ROSENAL. 2011, p. 43.

complicada e intensa devido à quantidade de atores envolvidos no processo de tomada de decisão. Como os dois países construíram uma dinâmica própria, fez com que as expectativas de mudanças na política externa dos Estados Unidos para o México fossem muito baixas<sup>74</sup>.

Nos dois primeiros anos, houve muitas reuniões entre presidentes e funcionários de governo, porém, a quantidade de visitas do presidente mexicano aos EUA, que somaram um total de dezesseis, contra apenas cinco do lado oposto, possibilita concluir que os Estados Unidos são prioridade na agenda mexicana, enquanto o México não foi considerado a princípio prioridade para o presidente Obama, ainda que fosse um país importante para sua política externa, não era essencial. O principal assunto da agenda bilateral foi o tráfico de drogas, em que se observa uma continuidade em relação a Bush, já que o histórico dos Estados Unidos nesse tema é de cooperação<sup>75</sup>.

Em 2008, os Estados Unidos eram o principal parceiro comercial do México<sup>76</sup> e o México era o terceiro maior parceiro comercial dos EUA<sup>77</sup>. Essa integração fez com que o presidente Obama em sua campanha propusesse uma renegociação do NAFTA, porém, ao assumir a presidência ele alegou para os demais membros (Canadá e México) que não tinha nenhuma intenção em alterá-lo, pois não traria benefícios para economia americana, provando mais uma vez apenas uma continuidade da política anterior<sup>78</sup>.

A imigração ilegal era um dos temas mais delicados na agenda bilateral, pois quase metade dos imigrantes ilegais nos Estados Unidos naquele período eram mexicanos<sup>79</sup>. Esse fator trouxe muito conflito de ideias para os dois países visto que ele é percebido de maneira diferente em cada país. Para os Estados Unidos era tratado como uma ameaça à segurança nacional, enquanto que o México alega exatamente o contrário. É uma situação benéfica para a grande potência, considerando que trabalhadores ilegais trazem grandes benefícios à economia estadunidense. É uma questão complicada que requer uma solução de maneira bilateral e multilateral, porém os EUA queriam resolver de maneira unilateral<sup>80</sup>.

---

<sup>74</sup> FLORES, R. V. 2011, p. 92-97.

<sup>75</sup> Idem, p. 97-99.

<sup>76</sup>Dados estatísticos disponibilizados pela World Integrated Trade Solution (WITS), disponível em: <<http://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/MEX/Year/2008/TradeFlow/Import>> . Acesso em: <09-03-2017>.

<sup>77</sup>Dados estatísticos disponibilizados pela Foreign Trade Statistics, disponível em: <<https://www.census.gov/foreign-trade/statistics/highlights/top/top0812yr.html>> . Acesso em: <09-03-2017>.

<sup>78</sup> FLORES, R. V. 2011, p. 100-101.

<sup>79</sup> De acordo com HOEFER, RYTINA e BRYAN (2008, p. 2-3), a quantidade de imigrantes mexicanos ilegais mexicanos nos EUA atingiu o valor de 11.6 milhões de pessoas, para mais informações, acesso disponível em: <[https://www.dhs.gov/xlibrary/assets/statistics/publications/ois\\_ill\\_pe\\_2008.pdf](https://www.dhs.gov/xlibrary/assets/statistics/publications/ois_ill_pe_2008.pdf)>.

<sup>80</sup> FLORES, R. V. 2011, p. 102.

A migração é motivo de tensão entre os dois países e nos governos anteriores não foi explorada nenhuma política alternativa pra buscar resolver essa questão. As leis de imigração dos EUA naquele momento eram as mesmas desde 1960, sem nenhuma regularização maior na emissão de vistos, impossibilitando cidadãos mexicanos de serem parte efetivamente da sociedade estadunidense<sup>81</sup>

Obama prometeu que haveria mudanças nessas leis, no entanto, foi difícil apresentá-las devido a resistências internas sobre a definição acerca da prioridade na área doméstica. Nos dois primeiros anos de governo, o narcotráfico foi o assunto mais importante da agenda bilateral, posto que havia uma preocupação do governo americano em relação a quantidade de drogas em seu país, somada ao medo de que a violência no México causada por esse fator ultrapassasse as fronteiras. Ambos concordavam que era uma questão de segurança nacional<sup>82</sup>.

O tráfico de drogas traz problemas crescentes para a população de ambos os países. A violência como resultado desse tráfico se tornou endêmica, tornando-se pior na fronteira. O crime organizado era a maior preocupação para os dois países, constituindo-se não apenas em uma grande ameaça à democracia, mas também aos direitos dos cidadãos<sup>83</sup>. O objetivo dos Estados Unidos, nesse caso, era trabalhar em conjunto para tentar, ao menos, reduzir o comércio ilegal de drogas, principalmente através da Iniciativa Mérida (2007). Obama reconheceu o papel essencial dos EUA, aumentando significativamente seu apoio monetário<sup>84</sup> no programa<sup>85</sup>.

Depois de dois anos de governo, a região percebeu que Obama ainda tinha muitas promessas ainda a serem cumpridas, e abandonar a agenda militar na Iniciativa Mérida era uma delas.<sup>86</sup> As promessas feitas pelo presidente, em Trinidad e Tobago em 2009 não se concretizaram e supôs-se que tenha sido uma forma de desviar a sua atenção já que na realidade, o governo não tinha nenhum plano concreto para a região. A sua campanha tinha a intenção de reafirmar sua influência onde havia perdido e dar mais atenção ao multilateralismo, o que não foi explorado no início do seu mandato<sup>87</sup>.

---

<sup>81</sup> SELLE, A. 2009, p. 6.

<sup>82</sup> Flores, R. V. 2011, 102-105.

<sup>83</sup> SELLE, A. 2009, p. 4.

<sup>84</sup> Até 2013, Obama teria financiado o programa com pelo menos \$15 milhões para ajudar o México em questões relacionadas a fronteira, para mais informações: < <http://dailycaller.com/2016/06/03/obama-administration-is-spending-75-million-securing-mexicos-southern-border/>>.

<sup>85</sup> Flores, R. V. 2011, p. 106-197.

<sup>86</sup> GANDÁSEGUI JR, M. A. 2011, p. 109.

<sup>87</sup> Latin American Perspectives. 2011, p. 104 e 109.

Crimes e violências relacionadas ao tráfico continuaram sendo ameaças aos Estados Unidos, voltando sempre sua preocupação para o México nessa questão. O tráfico de drogas é principalmente resultado da grande demanda estadunidense, e a administração de Obama se mostrou incapaz de resolver essa questão em seu primeiro mandato. No plano econômico, não houve nenhuma mudança significativa de acordo com o que foi prometido, a revisão do NAFTA, e a reforma migratória. Os Estados Unidos responsabilizaram o México nas questões de tráfico e migração discutidas no Plano Mérida, cobrando maior ação do país. Pois, apesar de ter tido aumento no financiamento da Iniciativa, os esforços dos Estados Unidos num geral podem ser considerados como fracos, com poucas iniciativas em assuntos de extrema importância como controle de armas e segurança nas fronteiras<sup>88</sup>.

No mais, Obama tinha uma relativa boa vontade em relação aos assuntos da região, que não foi completamente perdida, mas também não houve ações que pudessem ser consideradas importantes<sup>89</sup>. O México, por ser um país de trânsito de drogas para os EUA é também potencial risco para a segurança nacional do país, porque o tráfico de droga abre espaço para outras atividades prejudiciais e ilícitas como lavagem de dinheiro e tráfico humano para o terrorismo. Portanto, para seu segundo mandato era necessário que houvesse mais debates sobre a segurança da fronteira dos EUA<sup>90</sup>.

O novo presidente mexicano Peña Nieto tomou posse em 2012 e era do Partido Revolucionário Institucional (PRI), o que trouxe maiores expectativas na relação bilateral, já que seu partido tinha o foco em relações econômicas, educação e comércio de fronteiras diferentemente do partido do presidente anterior que se voltava mais para as questões de segurança<sup>91</sup>.

De acordo com a declaração de princípios do PRI, o partido se considera liberal e defensor da soberania do país. Além de se afirmarem tradicionalmente internacionalistas, com intenção de promover o país no processo de globalização, e fortalecer o multilateralismo para a cooperação e resolução pacífica de conflitos e defensores da democracia<sup>92</sup>.

Após reassumir a presidência, em 2013, Obama se reuniu com o novo presidente mexicano e discutiram sobre as questões que deveriam ser abordadas e renovaram o compromisso de uma forte relação entre ambos<sup>93</sup>.

---

<sup>88</sup> O'HANLON, M. 2012, p. 73-74.

<sup>89</sup> Idem, p. 73

<sup>90</sup> ASHBY, P. 2014, p. 289.

<sup>91</sup> SEELK, C. R. 2015, p. 14.

<sup>92</sup> Declaração de princípios do Partido Revolucionário Institucional (PRI). Disponível em: <<http://pri.org.mx/SomosPRI/Documentos/DeclaracionDePrincipios2013.pdf>>

<sup>93</sup> SLACK, M. 2013.

*“While working together to confront urgent challenges like security, we can’t lose sight of the larger relationship between our peoples, including the promise of Mexico’s economic progress. I believe we’ve got a historic opportunity to foster even more cooperation, more trade, more jobs on both sides of the border, and that’s the focus of my visit”* (OBAMA, B. 2013).

Obama reconheceu que o México cresceu bastante economicamente nos últimos anos e que conquistou um lugar privilegiado no cenário internacional, chegando a ser o primeiro país latino-americano a sediar uma reunião do G-20, e o presidente americano continuou<sup>94</sup>:

*“As President, I’ve been guided by a basic proposition -- in this relationship there’s no senior partner or junior partner; we are two equal partners, two sovereign nations. We must work together in mutual interest and mutual respect. And if we do that both Mexico and the United States will prosper”* (OBAMA, B. 2013).

O presidente Obama lembrou do problema do tráfico de drogas, afirmando que não era um problema estritamente mexicano, que o fato da principal demanda do produto advir dos Estados Unidos, os tornavam também responsáveis por essa questão. Ele ainda enfatizou o desejo de criar novos empregos com a intenção de conter o crescimento na região da Ásia-Pacífico, citou o problema da imigração, afirmando que seu novo mandato possibilitaria maiores chances de desenvolver novas leis e terminou seu discurso dizendo que *“I’m optimistic that, after years of trying, we’re finally going to get this done”*<sup>95</sup>.

No âmbito econômico, principal foco desenvolvido no segundo mandato, Obama entendeu que por serem economias interdependentes, aumentar as taxas de crescimento econômico mexicanas, beneficiariam os Estados Unidos, então ele implementou assim novas reformas em 2013, e percebeu em seu primeiro mandato que o México não era capaz de combater sozinho a corrupção e fortalecer seu Estado de Direito, enfatizando mais uma vez a importância da cooperação<sup>96</sup>.

Houve reformas na área energética não realizadas anteriormente, trazendo essa discussão para a agenda bilateral. Em 2014, o México reabriu os setores de petróleo, gás e eletricidade que haviam sido privatizados em 1930, em uma tentativa de integrar o esse mercado entre os países<sup>97</sup>. O futuro da produção de gás natural e petróleo no México chamaram a atenção de Obama porque iria trazer uma maior segurança energética para os EUA, pois o vizinho ainda era um dos principais exportadores de petróleo para o país. A

---

<sup>94</sup> Idem

<sup>95</sup> HOLLAND, S., FELSENTHAL, M. 2013.

<sup>96</sup> SEELK. C. R. 2015, p. 6

<sup>97</sup> REID, M. 2017.

continuidade da Iniciativa Mérida redirecionou o seu foco para a reforma no setor de justiça, combate ao branqueamento de capitais, profissionalização dos trabalhadores e investir em pesquisas na tentativa de combater o cerne da violência, aprovando um novo financiamento de mais de U\$ 468 milhões<sup>98</sup>.

Os efeitos do NAFTA não tiveram impactos significativos na economia dos dois países, porém, apesar de pequenos, foram aumentos positivos. Mesmo não agindo diretamente na economia, o acordo acelerou tendências comerciais já existentes. Porém, o comércio entre os dois países aumentou bastante desde que o NAFTA entrou em vigor, aumentando as exportações dos EUA para o México em 313% e as importações do México em 444%<sup>99</sup>. Outro acordo econômico que também ascendeu foi o investimento estrangeiro direto (FDI) aumentando também o investimento mútuo dos países, totalizando U\$ 17,6 bilhões de investimento estadunidense no México<sup>100</sup>.

Surgiu o interesse em melhorar o transporte de produtos entre os dois países, permitindo que houvesse entregas entre fronteiras pelos caminhoneiros mexicanos<sup>101</sup>, foi um esforço que surgiu nas conversas do NAFTA que já duravam 14 anos. Desde 2014 esses caminhões<sup>102</sup> passaram a cumprir as normas de segurança estadunidense, passando primeiro por um projeto piloto de três anos, concedendo posteriormente a permissão permanente para operar nos Estados Unidos, ação que também melhoraria a cooperação e comércio bilateral. No mais, o melhoramento no compartilhamento de água foi de interesse mútuo na fronteira que sempre trouxe cooperação ou conflito entre ambos, já que vários rios cruzam a fronteira e são parte de acordos de partilha de água formados ainda no século XX<sup>103</sup>.

Apesar da relação dos dois países ter sido abaixo das expectativas nos primeiros quatro anos e ter evoluído bastante no segundo mandato do presidente Obama e também na eleição de um novo presidente mexicano, ainda prevaleceu um sentimento de desapontamento. Surgiu uma sensação de que poderia ter-se feito outras ações importantes como introduzir novas estradas, ligações ferroviárias e serviços aduaneiros, além de ajudar a estabelecer e fortalecer o Estado de Direito mexicano e intensificar mais a integração econômica. Os pontos positivos e principais realizações foram a diminuição considerável da

---

<sup>98</sup> SEELK, C. R. 2015, p. 20 e 30

<sup>99</sup> Dados referentes a exportação/importação dos EUA e México desde a criação do NAFTA disponíveis em: <<https://www.kansascityfed.org/~media/files/publicat/events/community/mexico-2-impact-of-bilateral-trade-05-25-2016.pdf>>.

<sup>100</sup> Dados disponíveis em: <<https://fas.org/sgp/crs/row/RL32934.pdf>>.

<sup>101</sup> REID, M. 2017.

<sup>102</sup> SEELK, C. R. 2015, p. 25

<sup>103</sup> SEELK, C. 2015, p. 30-31.

violência devido ao tráfico de drogas e os dados de imigração ilegal líquida chegarem a zero<sup>104</sup>.

## 4.2. BRASIL

A candidatura de Obama trouxe muitas expectativas para a administração do governo Lula (2003-2010), -presidente em exercício no Brasil no período de campanha americana-, de mudanças na Grande Estratégia estadunidense para o país, trazendo novas prioridades para a agenda bilateral e foco em outros problemas não tratados pelo seu antecessor. Existia uma preocupação por parte do presidente Lula, pois ele já havia aprendido a lidar com o presidente Bush e o estilo de governo republicano que era considerada não só uma relação positiva como também a melhor relação bilateral da história dos países<sup>105</sup>.

A relação entre os dois presidentes contou com diversas visitas de alto nível, estabelecimento de acordos e criação de mecanismos bilaterais de consulta, memorandos nas áreas de biocombustíveis, educação, ciência e tecnologia. Quando Bush estava terminando o seu mandato, a crise econômica de 2008 estava eclodindo e o Brasil se tornou país exemplo nesse tema para tentar encontrar soluções coordenadas a crise no G-20 financeiro e convocado por pelo líder americano antes de deixar o seu legado para fazer parte do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia no início de 2009.

O atentado de 2001, que resultou no afastamento dos Estados Unidos na região não foi visto como um problema pelo Brasil. Na verdade, Lula percebeu que isso trouxe vantagem para a construção de consensos regionais e para sua liderança na região sem a presença dos Estados Unidos. De forma alguma isso caracterizou um sentimento antiamericano, mas permitiu que houvesse avanços positivos na governança regional. Brasília percebeu desde os discursos de Obama que a entrada dele na presidência não traria mudanças significativas na relação entre os dois países, e que ter falado sobre uma aproximação das Américas em seus discursos era apenas estratégia de campanha<sup>106</sup>.

Em 2009, o Brasil era um país entre poucos da América do Sul que se destacava, pois criou instituições fortes e se mostrou como um grande líder na região, o que foi fundamental pra o grande crescimento e reconhecimento mundial do país nos anos anteriores, mantendo uma continuidade. Sua política externa tinha uma ótima reputação, conhecido por ser um país extremamente diplomático e coerente diante dos assuntos externos. A relação entre o Brasil e

---

<sup>104</sup> REID, M. 2017.

<sup>105</sup> NEVES, J. A. C.; SPEKTOR, M. 2011, p. 145.

<sup>106</sup> NEVES, J. A. C.; SPEKTOR, M. 2011, P. 146-149

Estados Unidos sempre foi cordial, apesar de ter passado por alguns raros momentos de declínio, em toda sua história. O presidente Lula sempre se preocupou em fortalecer a visão que o internacional teria do país<sup>107</sup>.

Antes mesmo de completar dois meses de administração, Obama convidou o presidente Lula para visitar o seu gabinete em Washington. O líder brasileiro foi o primeiro da América do Sul a encontrar o presidente norte-americano, e essa nova administração se mostrou preocupada com assuntos que eram de grande importância pra agenda americana e que precisavam ser tratadas com certa urgência, essa conversa possibilitou que os dois presidentes discutissem o futuro da agenda bilateral<sup>108</sup>.

Após esse encontro na Casa Branca, Obama mostrou seu interesse em fortalecer os laços com o Brasil quando afirmou que:

*“I have been a great admirer of Brazil and a great admirer of the progressive, forward-looking leadership that President Lula has shown throughout Latin America and throughout the world. We have a very strong friendship between the two countries but we can always make it stronger”* (OBAMA, 2009).

A partir desse momento, várias questões foram discutidas. O Brasil entendia que o narcotráfico era uma questão séria e que deveria organizar ações para a sua prevenção e combate da mesma forma que os Estados Unidos conseguiam enxergar a ameaça transnacional que esse problema trazia. As duas administrações reconheceram que era necessário que houvesse cooperação, visando estabilidade e tentar conter os perigos que o tráfico poderia trazer dentro e fora dos países. A cocaína, por exemplo, era a principal preocupação porque era a droga mais consumida em ambos os países e o Brasil além de ter se tornado produtor, também servia de trânsito para esse produto.

O objetivo principal da cooperação era capacitar os policiais, uma ação bem sucedida já que os Estados Unidos respeitaram a soberania do país e não intervieram nas ações, apenas auxiliaram as autoridades brasileiras. Houve muitos resultados positivos além do seu plano doméstico, como a ação conjunta para combater o tráfico de drogas na Colômbia que conseguiu apreender mais de U\$ 700 bilhões em produtos do cartel colombiano. Em 2010 foi aprovada a cooperação militar entre Brasil-EUA que contou com incentivo estadunidense em capacitar o Brasil para controlar melhor as suas fronteiras.

---

<sup>107</sup>MUJAL, E.; GONZALEZ, A. 2011, p. 29.

<sup>108</sup>SOTERO, P. 2009.



Por mais que houvesse histórico de relação comercial entre os dois países, até o ano de 2009 nenhum acordo bilateral na área do comércio havia sido firmado. Como a China havia tomado o lugar dos Estados Unidos como maior parceiro comercial, havia uma preocupação por parte do governo brasileiro com a queda das exportações para os Estados Unidos, e buscaram então maneiras de restabelecer as relações perdidas.

Os EUA então redirecionaram toda a sua estratégia comercial para acordos subregionais e bilaterais, porém havia algumas tensões nessa relação bilateral, a ausência de um acordo firmado que serviria como facilitador de investimento e trocas comerciais. Outro problema era a tensão causada pelas altas taxas impostas pelos Estados Unidos às importações do etanol vindo do Brasil, isso prejudicava o comércio norte-americano e também uma boa relação entre os dois países. Os subsídios impostos pelos EUA foram motivo de confronto entre os dois países na OMC na rodada de negociações de Doha<sup>109</sup>.

Com Lula, os acordos celebrados incluíam as áreas de educação, ciência e tecnologia, e o mais importante deles, o biocombustível que resultou na criação da Aliança do Etanol que foi uma diminuição das barreiras tarifárias a importação do etanol estadunidense no Brasil<sup>110</sup>

Porém, essa relação se viu saindo de um plano promissor de cooperação se transformar em relativas fricções devido às ações dos EUA nos problemas regionais. O golpe de Honduras provocou desentendimento entre as duas nações. Em junho de 2009, o presidente Manuel Zelaya foi retirado de seu cargo pelas forças armadas do país. Ao mesmo tempo em que essa ação foi condenada pelos demais países da região da América Latina, incluindo o Brasil, ela foi apoiada pelos Estados Unidos. O Itamaraty abrigou o ex-presidente na embaixada e o apoiou para que ele pudesse retornar a presidência. Enquanto Obama dava sinais de que reconheceria os resultados nas novas eleições presidenciais hondurenhas, causando um descontentamento na imagem que o presidente Lula tinha sobre o líder americano.

O Haiti foi um país que também colocou em questão as relações Brasil-EUA no ano de 2009. O Brasil desde 2004 fazia parte do comando de força de estabilização do país pela Organização das Nações Unidas (ONU), se fazendo presente e enviando tropas para a ilha. Essa era uma das principais estratégias do país para tentar conseguir um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Portanto, em 2010, com o terremoto que atingiu o Haiti os EUA intervieram na região, contrariando os planos do Brasil em ser um líder nessa suposta disputa entre Brasil e Estados Unidos nas operações de resgate.

---

<sup>109</sup> MUJAL, E.; GONZÁLEZ, A. 2011, p. 71-74.

<sup>110</sup> COLOMBO, S.; FRECHERO, J. I. 2012, p. 207.

Também em 2009, os Estados Unidos e a Colômbia anunciaram um acordo em que os EUA aumentariam a sua base militar no país andino, consolidando novas bases militares. O Brasil se mostrou incomodado com a ação e relutou em reconhecer o novo tratado, porém, a Colômbia não se preocupou com as críticas brasileiras e deu continuidade a ação. Parte de todo esse descontentamento do Brasil se deu ao fato do país se sentir ameaçado com a intervenção dos Estados Unidos em todas essas situações, pois era uma forma de desafiar toda a sua liderança e responsabilidade em manter a estabilidade regional<sup>111</sup>.

Já o descontentamento que veio por parte dos Estados Unidos em relação ao Brasil foi quando o Brasil e a Turquia decidiram fechar um acordo com Teerã que liberou 1.200kg de urânio enriquecido, recebendo em troca combustível para ser utilizado por um reator experimental no Irã. Quando Washington ficou sabendo desse acordo, prontamente esfriou as suas relações com o Itamaraty. A secretária de Estado Hillary Clinton condenou as ações do presidente Lula quanto ao Irã, o criticou por ter se intrometido em uma questão com um país que ele não sabia como lidar.<sup>112</sup>, em seu discurso ela afirmou:

*“It is not wise to push Iran into a corner. It is wise to establish negotiations. I think it's only after we pass sanctions in the Security Council that Iran will negotiate in good faith. The United States believed sanctions were the best way to avoid conflict and arms races that could disrupt stability and the peace and the oil markets of the world”* (CLINTON, H. 2010).

Dilma Rousseff foi eleita em 2010 e estava designada a continuar a política exercida anteriormente por Lula no âmbito da política externa. A princípio, ela demonstrou que haveria uma reaproximação com os Estados Unidos, mas ainda mantendo o foco na cooperação Sul-Sul e multilateralismo. Alegou que tentaria reformar a cooperação com a grande potência mundial. A administração de Dilma já tinha consciência de que o Brasil era conhecido como potência mundial em ascensão, então a sua principal preocupação era se reposicionar diante dos Estados Unidos<sup>113</sup>

Diante de todos esses acontecimentos, em 2011, Obama visitou o Brasil em março após a posse da presidenta Dilma, propondo um diálogo mais diplomático principalmente para fechar novos acordos comerciais na intenção de diminuir a predominância chinesa na economia do país e também para tentar uma reaproximação após a tensão causada pelo tema do Irã<sup>114</sup>.

---

<sup>111</sup>NEVES, J. A. C.; SPEKTOR, M. 2011, p. 149-154.

<sup>112</sup> HAKIM, P. 2011, p. 77.

<sup>113</sup> PECEQUILHO, C. S. 2014, p. 12-13

<sup>114</sup> COLOMBO, S.; FRECHERO, J. 2012, p. 207.

Após esse encontro, Dilma afirmou que houve avanços em questões energéticas, desenvolvimento de políticas ambientais, reconhecendo que Obama criou milhões de oportunidades de emprego e promoveu o desenvolvimento econômico em muitas regiões e que o Brasil conseguiu enfrentar uma das piores crises econômicas mundiais porque contou com o apoio estadunidense.

A presidenta ressaltou que um dos principais objetivos do país era a consolidação de uma energia limpa e contava com o apoio do presidente Obama nessa questão. Citou dois fatores que deveriam ser abordados na agenda: educação e inovação, através de programas de intercâmbio. Destacou as capacidades que o Brasil tinha em tecnologias no âmbito da genética, biotecnologia, fontes renováveis o que poderia ser de grande sucesso se agregadas às forças entre os dois países para investir cada vez mais nesses campos<sup>115</sup>.

Um fator importante que a líder brasileira relatou foi de que eles precisavam construir um relacionamento que superasse as contradições, e assim que ela assumiu o mandato, se distanciou do Irã e se esforçou para melhorar as relações com os Estados Unidos<sup>116</sup>. O resultado desse esforço foi que o fluxo comercial dos dois países atingiu o montante de U\$74 bilhões e ambos os líderes estavam bastante satisfeitos com esses dados, e demonstraram seu interesse em contribuir juntos ainda mais para o crescimento desse comércio internacional.

No dia 9 de abril de 2012, a presidenta Dilma compareceu à Casa Branca para discutir o futuro da relação bilateral, regional e multilateral, como convidada do presidente Obama. Eles lembraram assuntos discutidos ainda em 2011 como o Diálogo Econômico e Financeiro, o Diálogo de Parceria Global e o Diálogo Estratégico de Energia e colocaram em pauta a criação de um Diálogo de Cooperação em Defesa.

Devido aos bons resultados comerciais que a relação bilateral proporcionou,

*"Os Presidentes reafirmaram o compromisso de ambos os países em promover o comércio de serviços e bens manufaturados e reforçar a cooperação em política e pesquisa agrícolas, medidas sanitárias e fitossanitárias com base científica, assim como em se empenhar, nos foros bilaterais e multilaterais, para a remoção de barreiras ao comércio de produtos agrícolas." (Comunicado Conjunto do Presidente Barack Obama e da Presidenta Dilma Rousseff - Washington, 9 de abril de 2012)*

---

<sup>115</sup>Discurso proferido pela presidenta Dilma Rousseff após o encontro com o presidente Barack Obama em Brasília, disponível em: <<https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2011/03/19/remarks-president-obama-and-president-rousseff-brazil-brasilia-brazil>>.

<sup>116</sup> REID, M. 2015.

Mas não só. Naquela reunião foi feito um acordo para que ambos os países trabalhassem juntos na preparação para os grandes eventos mundiais que o Brasil iria sediar: a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016<sup>117</sup>.

Uma questão que sempre vem à tona quando se trata da cooperação bilateral entre Brasil-Estados Unidos é a cooperação no campo energético, que se deu início ainda no governo Bush em 2007. Na sua campanha presidencial em 2008, Obama não deixou de citar que pretendia estreitar os laços nessa área e alcançar uma segurança energética regional. Já em 2009, quando já estava na presidência, o líder estadunidense proveu US\$ 2 bilhões para financiar equipamentos para os brasileiros. No encontro de 2011, os presidentes estabeleceram o "diálogo estratégico para energia", tornando essa questão o ponto-chave da relação bilateral.

Em 2010, os ministros de energia dos Estados Unidos e Brasil assinaram um tratado nomeado de *Bi-national Energy Working Group and Joint Action Plan* em que ambos reconheceram que:

*Os benefícios mútuos da cooperação em uma ampla gama de assuntos energéticos que contribuirão para a segurança energética, sustentabilidade econômica e capacidade de combater os efeitos das mudanças climáticas a nível individual, bilateral e regional. (LAVEGIN, M. S., 2013, p. 15 apud UNITED STATES OF AMERICA DEPARTMENT OF ENERGY, 2010, p.1).*

O diálogo estratégico sobre energia era de extrema importância pra Washington. Para eles, questões como o petróleo, gás, biocombustíveis, energia limpa, segurança e energia nuclear deveriam fazer parte da agenda bilateral. Esse diálogo apresentou alguns problemas porque não investiram em uma regulamentação que pudessem acabar com conflito, não diminuíram as taxas americanas sobre o etanol mesmo estabelecendo vários mecanismos de consulta. Ele consta com algumas falhas já que não conseguiu estabelecer qual era o verdadeiro objetivo da cooperação<sup>118</sup>.

Em 2013 surgiu mais uma nova tensão entre os dois países, e dessa vez devido ao caso divulgado pelo até então analista da Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos (NSA) que os Estados Unidos teriam espionado a Petrobras, que estava em grande ascensão devido ao descobrimento da profundidade da camada de pré-sal. No documento divulgado por Edward Snowden, havia instruções de como acessar informações de diversas instituições

---

<sup>117</sup>Comunicado Conjunto do Presidente Barack Obama e da Presidenta Dilma Rousseff - Washington, 9 de abril de 2012, disponível em: <http://homologa.portaldaindustria.com.br/media/uploads/arquivos/2011-1-0-Joint-Statement-Dilma-Obama.pdf>.

<sup>118</sup> LANGEVIN, M. S. 2013, p. 14-24.

incluindo a empresa brasileira. O documento indicou que a presidenta brasileira e seus assessores também foram alvo de espionagem<sup>119</sup>.

Em 2015, Dilma deu sinais de que havia superado o conflito que o caso de espionagem gerou e tentou mais uma vez melhorar as relações com os Estados Unidos em uma nova viagem para Washington, porém, naquele momento o Brasil estava entrando em uma recessão econômica, provocando um desinteresse por parte estadunidense. Apesar da boa vontade dos dois países e as distintas tentativas de concretizar acordos, sua relação não foi muito estreita.

O Brasil esperava ser consultado pelos Estados Unidos antes de tomarem decisões, e apesar de Obama ter criado expectativas quanto ao país latino, ter reconhecido sua força internacional desde o início do seu mandato, se decepcionou ao perceber que o Brasil estava mais focado em proteger seus interesses regionais do que investir em uma cooperação bilateral mais sólida.

Os dois países culpam um ao outro pela ausência de uma cooperação mais estreita, porém, ambos tem sua parcela de culpa na situação. O que pode se afirmar é que apesar disso, Obama poderia e deveria ter investido em mais ações que fossem de interesse para o Brasil, pois isso traria grande vantagem para os EUA devido o tamanho territorial, capacidade no agronegócio e grande potencial energético do Brasil.

Se esperava mais da relação dos bilateral com os dois países, porém, é preciso compreender que é um exercício que necessita de ações de ambos os lados, e o considerado fracasso na reaproximação com os países não é de culpa exclusiva da administração Obama. É um processo a longo prazo, e que não poderia ser totalmente resgatado ao longo de oito anos.

No entanto, não deve-se deixar de considerar que, apesar de apresentar pequenas mudanças, a Grande Estratégia dos Estados Unidos para os dois países obteve resultados favoráveis: houve declínio no comércio dos países com a China; além da relativa diminuição nos sentimentos antiamericanos desenvolvidos anteriormente em toda a região. Possibilitando assim, nos próximos anos, que o país fortaleça essas relações pra que elas se tornem mutuamente benéficas<sup>120</sup>.

---

<sup>119</sup>Informações encontradas na reportagem feita pela BBC Brasil, disponível em: [http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/09/130908\\_eua\\_snowden\\_petrobras\\_dilma\\_mm](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/09/130908_eua_snowden_petrobras_dilma_mm)

<sup>120</sup> REID, M. 2017.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma Grande Estratégia, se bem elaborada, é essencial para o funcionamento efetivo da política externa dos Estados Unidos. Ela se diferencia da teoria de estratégia, encontrada principalmente no campo da Segurança em que apenas o aspecto militar é considerado. A Grande Estratégia, por sua vez, engloba distintos elementos como: economia, política e diplomacia. Na atualidade, passaram a ser considerados também a globalização e a revolução tecnológica.

Não se sabe ao certo quando ela passou a ser inclusa na política dos EUA, mas princípios e a estrutura da Grande Estratégia podem sofrer mudanças de acordo com o período em que se está sendo construída. Ao longo da história, os Estados Unidos apresentaram distintas abordagens de acordo com os interesses do país na época analisada.

Os diferentes tipos de Grande Estratégia são distribuídos em: isolacionismo/neoisolacionismo que foca nos interesses nacionais; mercado aberto, expansionismo e hegemonia extrarregional, que visam à expansão do país; acomodação que protege o plano doméstico; engajamento seletivo que busca pela paz entre as grandes potências; segurança cooperativa que por sua vez preza pela paz mundial; equilibrador externo; primazia, que considera os EUA como o hegemom garantidor da paz mundial; e a *détente* e contenção, utilizada principalmente na Guerra Fria que via o comunismo como principal ameaça a segurança nacional.

Isso não significa que o país precisa considerar características de apenas um tipo de GE, ela pode rever as suas prioridades e construir o que é conhecido por Grande Estratégia híbrida. Os desafios em sua construção incluem: a necessidade de reconhecer quais são as prioridades do país; identificar suas ameaças; e de que maneira esta deve ser implementada.

O maior desafio na construção da Grande Estratégia se deu no período pós-Guerra Fria, que após a queda do comunismo, não se viram muitas mudanças nas ações da política externa dos Estados Unidos. O país não conseguiu reconhecer nenhuma ameaça a sua hegemonia em potencial, nem mesmo o crescimento repentino da China pareceu ser um grande problema para o país, adotando assim, os princípios da primazia.

O século XXI apresentou novas ameaças e desafios para os Estados Unidos, e consequentemente, para a construção de uma Grande Estratégia efetiva, como o terrorismo, que por si só não é suficiente para formular uma GE, mas também, novas ideologias, o mundo globalizado, revolução tecnológica e a China como grande potência econômica e possível ameaça a sua hegemonia.

Nesse trabalho, a intenção foi de analisar quais seriam as novas prioridades e interesses vitais na construção da Grande Estratégia do governo de Obama (2008-2016), a América Latina não era região de imensa importância para sua administração, porém, o presidente demonstrou interesse em incluir o México e Brasil como prioridades de sua política externa.

O México era um país historicamente importante para os Estados Unidos, devido a sua fronteira compartilhada, que envolvia questões que deveriam ser discutidas e resolvidas em conjunto como: o tráfico de drogas e a violência gerada por ele; imigração ilegal; compartilhamento de águas; revisão do NAFTA, já que a China surgiu como ameaça ao comércio bilateral que sempre foi relativamente estável até o ataque do 11/09.

O ataque às torres gêmeas fez com que o antecessor de Obama assumisse uma Grande Estratégia falha em que focava apenas na contenção e guerra ao terror, deixando um vácuo de poder na região, permitindo que a China se aproximasse da América Latina, tomando o lugar antes ocupado pelos Estados Unidos no campo econômico.

Essa influência da potência asiática na região, também ameaçava diretamente a relação bilateral dos Estados Unidos e Brasil, país que estava ascendendo como líder regional, e potência econômica mundial, além de ser de grande importância para os EUA no campo energético. No mais, o Brasil aparecia como elemento-chave para promover uma reaproximação do país com a região, que havia se tornado extremamente anti-americana.

A aproximação com o México apresentou relativos avanços, alcançando uma redução drástica no número de imigrantes mexicanos ilegais nos EUA, apontou avanços consideráveis no combate ao tráfico de drogas, reconquistou sua posição de maior parceiro comercial do México após mudanças no NAFTA, etc. Apesar de se esperar mais ações do presidente estadunidense no país, deve-se considerar que conquistaram mudanças positivas na relação bilateral.

Já na relação com o Brasil, que apresentou um início promissor, com diversos encontros entre os presidentes e anúncios de novas parcerias bilaterais, encontraram desavenças no decorrer do mandato do presidente, devido a interesses distintos. O Brasil não aceitou intervenções estadunidenses em Honduras, os EUA se incomodaram com a aproximação do Brasil e o Irã, e as alegações de espionagem americana ao governo brasileiro também estremeceram essa relação. No mais, o Brasil passou a apresentar recessão econômica e problemas internos, esfriando esse relacionamento bilateral. Porém, de alguma forma, os acordos energéticos trouxeram benefícios mútuos aos países.

A promessa de uma Grande Estratégia renovadora para os dois países, não deve ser considerada fracassada, pois a administração do presidente Obama conseguiu identificar as novas ameaças e desafios para a construção de uma política externa efetiva e renovadora, considerou questões que iam além das militares e procurou desenvolver acordos e ações que fossem mutuamente benéficas. Apesar de não ter alcançado grandes avanços, puderam perceber quais elementos deveriam ser mais explorados, proporcionando a possibilidade de alcançar maiores feitos em longo prazo.

Não foi possível definir qual Grande Estratégia foi utilizada pelo presidente Obama para os dois países, pois, por ter sido um processo que passou por novos desafios e prioridades, não pôde ser associado às classificações pré-existentes, já que elas não compõem todos os elementos da atualidade. Ao mesmo tempo, não existe literatura que aborde a GE estadunidense para o México e o Brasil, ou América Latina, dificultando essa definição. Portanto, é um trabalho a ser continuado posteriormente.



## REFERÊNCIAS

- ASHBY, P. Solving the Border Paradox? Border Security, Economic Integration and the Mérida Initiative. **Global Society**. Routledge: Vol. 28, No. 4. 2014. p. 483-508. Disponível em: < <http://www.tandfonline.com/loi/cgsj20>>. Acesso em: <20/03/2017>.
- BRANDS, H.; FEAVER, P. Stress-testing the Foundations of American Grand Strategy. **War on the Rocks**. Dec. 2016. Disponível em: < <https://warontherocks.com/2016/12/stress-testing-the-foundations-of-american-grand-strategy/>>. Acesso em: <28/03/2017>.
- BENTLEY, M.; HOLLAND, J. Obama's Foreign Policy: Ending the War on Terror. **Routledge Studies in US Foreign Policy**. New York: Routledge, 2014. 208 p.
- BUXTON, J. Forward into History: Understanding Obama's Latin American Policy.. **Latin American Perspectives**, Sage Publications, Inc. Vol. 38, No. 4, OBAMA AND LATIN AMERICA. Jul. 2011. p. 29-45. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/23060188>>. Acesso em: <15-06-2016>.
- CASTAÑEDA, J. G. Morning in Latin America: The Chance for a New Beginning. **Foreign Affairs**: Vol. 87, No. 5. Sep./Oct. 2008. p. 126–139.
- COLOMBO, S; FRECHERO, J. I. Yes we can?: A política externa de Obama para a América Latina: da decepção à autonomização da região. **Contexto int.**, Rio de Janeiro, Vol. 34, No. 1, Jun. 2012. p. 189-222. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-85292012000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292012000100006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: <23/01/2017>.
- COLITT, R.; QUINN, A. Clinton fails to win over Brazil on Iran. **Reuters**. Brasília, 2010. Disponível em: < <http://www.reuters.com/article/us-iran-nuclear-brazil-idustre6225hn20100304>>.
- "Dangerous Complacencies: Obama, Latin America, and the Misconceptions of Power." **Latin American Perspectives**, Vol. 38, no. 4. 2011. p. 14-28. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/23060187>>. Acesso em: <15-06-2016>.
- DREZNER, D. W. Does Obama Have a Grand Strategy? Why We Need Doctrines in Uncertain Times. **Foreign Affairs**, New York: Vol. 90, No. 4. Jul./Aug. 2011. p. 57-68.
- DUECK, C. THE OBAMA DOCTRINE: American Grand Strategy Today. **Oxford University Press**, New York, 2015. 323 p.
- Economic Commission for Latin America (ECLAC). The Millenium Development Goals: A Latin America and Caribbean Perspective. **United Nations**. Santiago, Chile. 2005. p. 25-27. Disponível em: < [http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/2798/S2005581\\_en.pdf;jsessionid=DFEADE3023E5C84B0F6CBCC06A035215?sequence=1](http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/2798/S2005581_en.pdf;jsessionid=DFEADE3023E5C84B0F6CBCC06A035215?sequence=1)>. Acesso em: <20/04/2017>.
- ERIKSON, D. P. Obama & Latin America: Magic or Realism?. **World Policy Journal**, Duke University Press: Vol. 25, No. 4. 2008/2009. p. 101-107. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/40210126>>. Acesso em: <15-06-2016>.

FLORES, R. V. La política exterior de Estados Unidos hacia México bajo la administración de Barack Obama: cambios y continuidades. **NORTEAMÉRICA**. Año 6, No. 2. Jul./Dez. 2011. p. 85-113. Disponível em: <[http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1870-35502011000200004](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-35502011000200004)>. Acesso em: <24/02/2017>.

FRIEDMAN, B. H.; LOGAN, J. Why Washington Doesn't Debate Grand Strategy. **Strategic Studies Quarterly**. 2016. p. 14-45. Disponível em: <[https://object.cato.org/sites/cato.org/files/articles/ssq\\_1216\\_friedman.pdf](https://object.cato.org/sites/cato.org/files/articles/ssq_1216_friedman.pdf)>. Acesso em: <12/04/2017>.

GANDÁSEGUI JR, M. A. President Obama, the Crisis and Latin America. **Latin American Perspectives**. Sage: Vol. 38, No. 4. 2011. p. 109-111. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/23060193>>. Acesso em: <12/12/2016>.

HAKIM, P. The United States and Latin America: The Neighbourhood has Changed. **The International Spectator**. Routledge: Vol. 46, No. 4. 2011. p. 63-78. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/03932729.2011.628094>>. Acesso em: <23/03/2017>.

HART, Gary. The Fourth Power : A Grand Strategy for the United States in the Twenty-First Century. **Oxford University Press**: New York. 2005. 200 p.

HEALY, D. U.S. **Expansionism**: The Imperialist Urge in the 1890's. University of Wisconsin Press. 1976. 326 p.

HOEFER, M.; RYTINA, N.; BACKER, B. C. Estimates of the Unauthorized Immigrant Population Residing in the United States: January 2008. **DHS Office of Immigration Statistics**. 2009. 7 p. Disponível em: <[https://www.dhs.gov/xlibrary/assets/statistics/publications/ois\\_ill\\_pe\\_2008.pdf](https://www.dhs.gov/xlibrary/assets/statistics/publications/ois_ill_pe_2008.pdf)>. Acesso em: <24/04/2017>.

HOOKER JR, R. D. The Grand Strategy of the United States. National University Press. **INSS Strategic Monograph**. Washington D. C., Oct. 2014. p. 1-35.

JERVIS, Robert. Understanding the Bush Doctrine. IN: **Political Science Quarterly**. Vol. 118, No. 3, 2003, p. 365-388.

KAUFMANN, C. The Peace of Illusions: American Grand Strategy from 1940 to the Present by Christopher Layne. **Political Science Quarterly**. 2007. p. 528-530.

KRAUTHAMMER, Charles. The Unipolar Moment. **Foreign Affairs**. Vol. 70, N. 1, 1990/1991, p. 23-33.

LAYNE, C. Theory, History and U.S. Grand Strategy. IN: **The Peace of Illusions: American Grand Strategy from 1940 to the Present**. London: Cornell University Press, 2007. p. 15-38.

LAÏDI, Z. (2010). LIMITED ACHIEVEMENTS: Obama's Foreign Policy. **Palgrave**. New York: Macmillan, 2012. 237 p.

LOWENTHAL, Abraham F. Obama and the Americas: Promise, Disappointment, Opportunity. **Council on Foreign Relations Affairs**, Vol. 89, No. 4. Jul./Aug. 2010. p. 110-124. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/25680984>>. Acesso em: <15-06-2016>.

LOWENTHAL, A.; WHITEHEAD, L.; P, Theodore. **Obama e as Américas**. Rio de Janeiro: FGV. 2011. 210 p.

MARCELLA, G. American Grand Strategy for Latin America in the Age of Resentment. **Strategic Studies Institute**. Carlisle Barracks. U.S. Army War College. 2007. 65 p.

MARTEL, W. C. The Making of Future American Grand Strategy. **The National Interest**. 2015. Disponível em: <<http://nationalinterest.org/feature/the-making-future-american-grand-strategy-12126?page=show>>. Acesso em: <01/04/2017>.

MARTEL, W. C. Foundations of Grand Strategy. IN: **Grand Strategy in Theory and Practice**. New York, Cambridge University Press, 2015. p. 23-56.

MEAD, W. R. An American Grand Strategy: The Quest for Order in a Disorder World. **World Policy Journal**. The MIT Press: Vol. 10, No. 1. 1993. p. 9-37. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/40209286>>. Acesso em: <22/09/2016>.

MEAD, W. R. Global Challenges and Grand Strategy. **The American Interest**. USSCAS Testimony. Oct. 2015. Disponível em: <<https://www.the-american-interest.com/2015/10/22/global-challenges-and-grand-strategy/>>. Acesso em: <03/04/2017>.

MEARSHEIMER, J. J. **The Tragedy of Great Power Politics**. New York: W.W Norton & Company. 2001. 448p.

MILLER, P. D. Five Pillars of American Grand Strategy. **The International Institute for Strategic Studies**. Survival: London, Vol. 54, No. 5, Oct./Nov. 2012. p. 7-44. Disponível em: <<https://www.iiss.org/-/media//silos/survival/2012/survival--global-politics-and-strategy-october-november-2012/54-5-02-miller/54-5-02-miller.pdf>>. Acesso em: <06/04/2017>.

MUJAL, Eusebio; GONZALEZ, Alejandro. A relação Estados Unidos-Brasil: perspectivas para uma parceria. **Relações Internacionais**, Lisboa, No. 29. 2011. p. 59-81, . Disponível em <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-91992011000100005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992011000100005&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: <03/04/2017>.

NEVES, J. A. C.; SPEKTOR, M. Obama e Brasil. In: LOWENTHAL, A.; WHITEHEAD, L.; PICCONE, T. (Orgs.). **Obama e as Américas**. Rio de Janeiro, FGV, 2011. p. 143-164.

Obama, Brazil leader discuss economy, energy. **NBC News**. Mar. 2009. Disponível em: [http://www.nbcnews.com/id/29695162/ns/politics-white\\_house/t/obama-brazil-leader-discuss-economy-energy/#.WQVGrfnyvIU](http://www.nbcnews.com/id/29695162/ns/politics-white_house/t/obama-brazil-leader-discuss-economy-energy/#.WQVGrfnyvIU)>. Acesso em: <05/03/2017>.

Obama tells leaders of Americas the U.S. is too disengaged, dictatorial. **Los Angeles Times**, Los Angeles, Abr. 2009. Disponível em: <<http://latimesblogs.latimes.com/washington/2009/04/obama-speech-u-s.html>>. Acesso em: <05/03/2017>.

O'HALON, M. Obama's Weak and Failing States. **The Washington Quarterly**. Routledge. 2012. p. 67-80. Disponível em: < <http://www.tandfonline.com/loi/rwaq20>>. Acesso em: <20/02/2017>.

PECEQUILHO, C. S. As relações bilaterais Brasil-Estados Unidos no governo Dilma Rouseff, 2011-2014. **Revista Brasileira de Estratégia & Relações Internacionais**, Vol. 3, No.6, Jul./Dez. 2014. p. 11-36.

PINHEIRO, P. S. Youth, Violence and Democracy. **Current History**. Feb. 2007. p. 64-69. Disponível em: < <http://www.currenthistory.com/Article.php?ID=454>>. Acesso em: <01/04/2017>.

POSEN, B. R. A New U.S. Grand Strategy. **Boston Review**. Jul. 2014. Disponível em: <<http://www.bostonreview.net/us/barry-r-posen-restraint-grand-strategy-united-states>>. Acesso em: <01/04/2017>.

POSEN, B. R.; ROSS, A. L. Competing Visions for U.S. Grand Strategy. **International Security**. The MIT Press: Vol. 21, No. 3. 1997. p. 5-53. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2539272>>. Acesso em: <01/11/2016>.

PRUTSCH, U. **Creating Good Neighbors? Die Kultur-und Wirtschaftspolitik der USA in Lateinamerika, 1940–1946**. Transatlantische Historische Studien. Stuttgart: Franz Steiner Verlag. 2008. 476 p.

REID, M. Obama and Latin America: A Promising Day in the Neighbourhood. **Foreign Affairs**. Sep./Oct. 2015. Disponível em: < <https://www.foreignaffairs.com/articles/americas/obama-and-latin-america>>. Acesso em: <10/03/2017>.

ROLO, L. M. Relações Comerciais entre China e América do Sul: Os Impactos na América do Sul e no Brasil. **Unesp**. 2013. p. 1-61. Disponível em: <<http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/122961/000822119.pdf?sequence=1>>. Acesso em: <19-02-2017>.

SAYLE, T. A. Defining and Teaching Grand Strategy. **Foreign Policy Research Institute**. 2011. Disponível em <<http://www.fpri.org/article/2011/01/defining-and-teaching-grand-strategy/>>. Acesso em: <01/04/2017>.

SEELKE, C. R. Mexico: Background and U.S. Relations. **Congressional Research Service**. 2015. 30 p.

SLACK, M. President Obama Reaffirms the United States-Mexico Relationship. **The White House President Barack Obama**. 2013. Disponível em: < <https://obamawhitehouse.archives.gov/blog/2013/05/03/president-obama-reaffirms-united-states-mexico-relationship>>.

SOTERO, P. Relações Brasil-EUA sob Obama: Agenda e Perspectivas. **Interesse Nacional**, ano 2, No. 5. 2009. Disponível em: <<http://interessenacional.com/index.php/edicoes-revista/relacoes-brasil-eua-sob-obama-agenda-e-perspectivas/>>. Acesso em: <23/01/2017>.

STEPAK, A.; WHITLARK, R. The Battle over America's Foreign Policy Doctrine. **Global Politics and Strategy**. Survival: Vol. 54, No 5. Oct. 2012. p. 45-66.

SURI, J. The Promise and Failure of American Grand Strategy after Cold War. **Foreign Policy Research Institute**. 2010. Disponível em: <<http://www.fpri.org/article/2010/03/the-promise-and-failure-of-american-grand-strategy-after-the-cold-war/>>. Acesso em: <01/04/2017>.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. Merida Initiative. Disponível em: <<https://www.state.gov/j/inl/merida/>>.

VELASCO E CRUZ, S. C. Questão de Método. A Grande Estratégia dos Estados Unidos: debate, políticas e implicações para o Brasil. IN: **Os Estados Unidos no desconcerto do mundo: ensaios de interpretação**. São Paulo, UNESP. 2012. p. 1-22.

VILLARREAL, M. A. U.S.-Mexico Economic Relations: Trends, Issues and Implications. **Congressional Research Service**. 2016. 32 p. Disponível em: <<https://fas.org/sgp/crs/row/RL32934.pdf>>. Acesso em: <10/04/2017>.

VILLARREAL, M. A.; FERGUSSON, I. F. NAFTA at 20: Overview and Trade Effects. **Cornell University ILR School**. 2013. 30 p. Disponível em: <[http://digitalcommons.ilr.cornell.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2040&context=key\\_workplace](http://digitalcommons.ilr.cornell.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2040&context=key_workplace)>. Acesso em: <10/04/2017>.

WALT, S. M. The Myth of American Exceptionalism. **Foreign Policy**. 2011. Disponível em: <<http://foreignpolicy.com/2011/10/11/the-myth-of-american-exceptionalism/>>. Acesso em: <25/04/2017>.

WALTZ, K. Evaluating Theories. In: VASQUEZ, J. A.; ELMAN, C. (Org.) **Realism and the Balancing of Power: A New Debate**. Pearson, 2003. Cap. 3.

WEISBROT, M. Obama's Latin America Policy: Continuity Without Change. **Latin American Perspectives**. Sage Publications, Inc: Vol. 38, No. 4, OBAMA AND LATIN AMERICA. Jul. 2011, p. 63-72. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/23060190>>. Acesso em: <15-06-2016>.

X. The sources of soviet conduct. **Foreign Affairs**, vol. 65, N. 4, Spring, 1987, p. 852-868.

YANG, J. China's Security Concerns and Grand Strategy. In: YANG, JIAN. **The Pacific Islands in China's Grand Strategy: Small States, Big Games**. Palgrave Macmillian, 2011. p. 37-50.